

INCIDÊNCIA POLÍTICA DO CFEMEA DINÂMICAS E REFLEXÕES



ORGANIZAÇÃO

Eneida Vinhaes Dultra e Natalia Mori

COLEÇÃO 20 ANOS DE CIDADANIA E FEMINISMO

ENEIDA VINHAES DULTRA E NATALIA MORI

Organizadoras

INCIDÊNCIA POLÍTICA DO CFEMEA DINÂMICAS E REFLEXÕES



1ª EDIÇÃO

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA
BRASÍLIA • DEZEMBRO DE 2009

Organização: Eneida Vinhaes Dultra e Natalia Mori

Prefácio: Analba Brazão

Redação dos textos: Strategos (Empresa Jr. de Consultoria Política),
Eneida Vinhaes Dultra e Natalia Mori

Colaboração na pesquisa para anexos: Leila Rebouças

Pesquisa sobre metodologia do CFEMEA: Strategos (Empresa Jr. de Consultoria Política) e Grupo de Pesquisa “Sociedade Civil e Negociações Internacionais” do IPOL/UnB (sob a coordenação da professora Marisa Von Bülow)

Revisão: Daniela de Lima Pinto e Guacira César de Oliveira

Projeto gráfico e editoração: Ars Ventura Imagem & Comunicação

Arte da capa: Gracco Bonetti (graccobonetti@gmail.com)

Fotografia da capa: Arquivo CFEMEA

Edição exclusivamente eletrônica



SCS – Quadra 02, Edifício Goiás – sala 602,/604
Brasília, DF – CEP: 70317-900
Telefone : (61) 3224-1791
www.CFEMEA.org.br

Apoio



THE FORD FOUNDATION
(Fundação Ford)

Incidência Política do CFEMEA – dinâmicas e reflexões. Orgs. Eneida Vinhaes Dultra e Natalia Mori.
Brasília: CFEMEA: Fundação Ford, 2010.

96p. – (Coleção 20 anos de cidadania e feminismo; 5)

1. Incidência política. 2. Dinâmicas e reflexões nos 20 anos do CFEMEA. 3. Fortalecimento do feminismo. 4. Programa institucional – organização e realizações. 5. Sistematização da metodologia do CFEMEA. 6. Democracia, cidadania e igualdade de gênero e raça/etnia 7. Direitos em pauta.

I. Título. II. Produtos. III. Série. IV. CFEMEA.

2010, por CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido e difundido desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

- 5 Prefácio
Analba Brazão
- 9 Apresentação e agradecimentos
- 14 Introdução
- 21 20 anos de atuação do CFEMEA: sistematização da metodologia
e reflexões para incidência política feminista
- 23 • Introdução
 - 24 • Caracterização do CFEMEA e sua metodologia
 - 28 • Articulação política
 - 32 • *Advocacy*
 - 41 • Educação e formação política
 - 45 • Comunicação política
 - 50 • Produção de conhecimento
 - 55 • Referências bibliográficas
- 57 Anexos
- 59 1. Relação das campanhas, material publicitário/institucional e prêmios recebidos pelo CFEMEA
 - 65 2. Publicações do CFEMEA
 - 88 3. Apoiador@s e financiador@s do CFEMEA
 - 90 4. Quem fez e quem faz o CFEMEA
 - 93 5. Gráfico com marco teórico, métodos, e linhas de ação
 - 94 6. Organograma do CFEMEA



PREFÁCIO

Analba Brazão

Coordenação colegiada do Coletivo Leila Diniz
Secretária-executiva nacional da Articulação das Mulheres Brasileiras

Uma história para contar. Uma história que poderia ser dita por muitas feministas brasileiras, quiçá mulheres de outros países da América Latina. Mas, fui eu a contemplada com esta tarefa: escrever o prefácio de um livro que conta a trajetória de uma das organizações feministas mais importantes do País. Uma organização que se pautou, ao longo de seus 20 anos, na ação transformadora, caminhando de mãos dadas com o movimento, por vezes confundindo-se com este. Uma organização concebida como parte do movimento de mulheres. Portanto, com a visão política que parte do fortalecimento do movimento de mulheres e feminista deste Brasil.

Eu, feminista há longa data, mesmo morando a muitos quilômetros de Brasília, acompanhei de perto esta trajetória. Tenho bebido desta fonte, tanto individualmente, para a minha formação, como nos espaços coletivos onde atuo. Ao reportar o caminhar do CFEMEA, contamos também um pouco da história dos movimentos feministas e de mulheres brasileiras.

O CFEMEA nasce em 1989. Um ano após outorgada a primeira constituição democrática do País. Surge de um clima favorável na mobilização dos movimentos sociais, em especial o movimento feminista, que participava ativamente na elaboração de propostas da Carta das Mulheres aos constituintes. Esta movimentação, denominada na época de “Lobby do Batom” contou com a participação conjunta dos movimentos de mulheres, da Bancada Feminina e do Conselho Nacional da Mulher. O resultado desta iniciativa foi de que 80% das suas propostas foram contempladas no texto da nova constituição brasileira. Nesse contexto desponta esta

organização, que, a priori, toma como missão manter ativa a estratégia de incidir sobre o poder Legislativo Federal, se caracterizando como a primeira ONG da América Latina a investir em *Advocacy* nesta área.

Durante estas duas últimas décadas de existência, o CFEMEA se fez presente na nossa militância, e continua na luta para que nós mulheres tenhamos direitos na lei e na vida. Para isto, contribui com informações decisivas no subsídio do movimento. Quantas de nós recebemos nas nossas casas, nas nossas sedes, o jornal *Fêmea*? Quantas cópias tiramos para distribuir em reuniões e nos lugares onde encontrávamos mulheres com sede de informações? Quantas vezes nos apropriamos destas informações para escrever artigos, textos e manifestos?

A disseminação de informações para o movimento de mulheres têm sido um dos percursos metodológicos desta organização, com o objetivo de contribuir para um feminismo articulado nacionalmente, descentralizando os debates que poderiam ficar encerrados nos ambientes fechados do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.

Na preparação para a Conferência da Mulher, que ocorreria na China, em 1985, o jornal *Fêmea* foi fundamental para a nossa articulação. Era um momento de muita movimentação para as mulheres brasileiras, naquela época, mais precisamente em 1984, não tínhamos acesso à Internet, nem informações atualizadas sobre a China, que nos parecia tão distante, pouco se ouvia falar em globalização e elas se preocuparam em fazer entender ao feminismo brasileiro a magnitude deste evento, contribuindo também para a mobilização nos estados.

No decorrer destes anos, o CFEMEA expandiu sua área de atuação, ao mesmo tempo em que se consolidou. Além de ser uma organização feminista, passou a se posicionar como uma organização antirracista. Esta também foi uma guinada importante: enxergar que para uma real transformação da nossa sociedade temos que olhar não só para as desigualdades sociais e de gênero, mas reconhecer e internalizar em nosso fazer político a força das desigualdades raciais.

Neste mesmo período, dedicou-se com afinco ao tema da política representativa, no intuito de difundir a perspectiva feminista nas esferas políticas, além de contribuir para a ampliação da participação das mulheres nos processos eleitorais e de representação. Ainda nessa época, o CFEMEA se debruçou na discussão espinhosa e até o momento, pouco familiar: o debate sobre o orçamento público.

Esta é mais uma contribuição desta organização para os movimentos de mulheres e feministas. Com isto, varias organizações de mulheres e movimentos, tiveram a oportunidade de fazer formação política nesta área com a equipe do CFEMEA, aproximando-se do método de

monitoramento do orçamento público, o que possibilitou uma maior incidência no ciclo orçamentário. Hoje, sabemos o que foi gasto, o que foi contingenciado e estes são subsídios importantes para a nossa intervenção qualificada na nossa incidência política, tanto no legislativo quanto no executivo.

Não só para os movimentos de mulheres o CFEMEA fornece subsídios, as parlamentares são um público importante em seu trabalho, do qual se aproximam com o objetivo de difundir as propostas feministas e fundamentar suas posições na apresentação de emendas ao orçamento. Como vemos, este não é apenas um trabalho de aproximação e articulação, vai muito além, é a pedagogia feminista em ação.

Vale a pena destacar o importante papel que o CFEMEA assume quando se trata da articulação política. A organização age como mediadora entre o movimento de mulheres e o poder legislativo nacional. Tal mediação tem sido feita diante de um planejamento institucional que traz como elementos a disseminação das informações e a construção de conhecimento sobre temas de interesse do próprio movimento. Além de primar pela formação política feminista e pelo diálogo com estas organizações e movimentos, na construção das estratégias para a incidência política. Podemos citar a sua contribuição em todos os momentos que antecederam à aprovação da Lei Maria da Penha e, agora, na luta para garantir a sua implementação.

Esta construção de estratégias se dá prioritariamente na parceria com a AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras. O CFEMEA investe e constrói estes movimentos de mulheres e o fortalece desde 1995. Investimento de energia, de recursos e de ativismo. O CFEMEA esteve à frente da Secretaria Executiva da AMB em um momento bastante difícil deste movimento. Posso afirmar que foi um desempenho fundamental para a nossa atuação, naquele contexto. Representando um novo fôlego à AMB, e com isto, que todas nós que a fazemos conseguíssemos estabelecer uma dinâmica de continuidade.

A experiência do CFEMEA nestes 20 anos tem sido exemplar. É fundamental ter uma organização como esta no Brasil, que consegue tão brilhantemente construir sua ação de forma tão mediada e articulada. Sua Metodologia soma a articulação política, a comunicação política e a produção do conhecimento que vai desaguar no processo de *Advocacy*. Isto por que as mulheres desta equipe conhecem minuciosamente o funcionamento, as regras e a dinâmica das casas parlamentares. Tornando-se para nós do movimento de mulheres o apoio fundamental na incidência política junto ao Congresso Nacional. Hoje, também representando um suporte nas nossas ações no Judiciário Federal.

Aprendi muito com esta organização. Tive a oportunidade, tanto na organização em que faço parte – Coletivo Leila Diniz – quanto na AMB, de dialogar, trocar experiências, fazer parcerias e estas foram oportunidades de grande aprendizado.

Essa história que completa 20 anos é uma história que nos encanta, nos fortalece e emociona. Foi assim que me senti ao ler a sistematização do trabalho destes 20 anos do CFEMEA. Encontrei-me em vários momentos narrados, consegui visualizar a minha ação política e a contribuição na minha vida de militante feminista com esta organização.

Quero finalizar dizendo: o CFEMEA tem conseguido de fato nestes 20 anos de existência “contribuir para o fortalecimento do feminismo, dos movimentos de mulheres e da democracia, incidindo no Poder Público para a garantia de direitos das mulheres.” E que venham mais 20 anos.

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Esta quinta publicação da *Coleção 20 anos de Cidadania e Feminismo*, contempla a história e a trajetória institucional do CFEMEA nessas duas décadas de existência.

As análises apresentadas retratam as motivações e ações de um grupo de mulheres feministas cuja participação ativa no movimento de mulheres e o sonho de um outro mundo possível com justiça e igualdade para as brasileiras se concretizou na fundação do Centro Feminista de Estudos e Assessoria em 14 de julho de 1989.

20 anos se passaram e o CFEMEA trilhou caminhos importantes para consolidar-se como uma organização integrante ativa do movimento feminista brasileiro e latino-americano, contribuindo para o fortalecimento e a construção de direitos para as mulheres na Lei e na Vida em nosso país.

Com atenção à defesa, garantia de efetividade e ampliação de direitos, tem traçado trajetórias dinâmicas por variadas linhas de atuação e temas, enfrentando os obstáculos que ainda excluem ou secundarizam mulheres e negr@s nos espaços públicos e que as sobrecarregam de responsabilidades e restrições, muitas vezes violentas, nos espaços da vida privada.

É colaborando para a construção da autonomia plena das pessoas que o CFEMEA foi pausando seu projeto político, por meio do desenvolvimento de seus Programas institucionais, revelados nos seus Projetos, ações e nos seus produtos. Nascido das entranhas dos movimentos feminista, e com ele articulado, o CFEMEA se lançou na esfera das institucionalidades – em um momento em que os movimentos de mulheres/feministas debatiam se deveriam ou não apostar no diálogo com os poderes instituídos - , reivindicando voz e ações nas estruturas e poderes de Estado, na defesa das mulheres e da igualdade racial, para que possamos passar dos estágios de dominação e subordinação para uma vida emancipada e livre dessas amarras.

Este livro está dividido entre uma introdução construída pelas organizadoras do livro e um texto sobre a sistematização da metodologia de ação desenvolvida pelo CFEMEA nos 20 anos

de existência e ainda dispõe de anexos que demonstram produções e realizações ao longo dessas duas décadas de trabalho.

No texto sobre a metodologia, cerne desta publicação, dispomos um dos produtos elaborado pela equipe da Strategos (Empresa Jr. de Consultoria Política) e pelo Grupo de Pesquisa “Sociedade Civil e Negociações Internacionais”, ambos vinculados ao Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília, sob a coordenação da professora adjunta do IPOL, Marisa Von Bülow. A equipe realizou estudo sobre a metodologia adotada pelo Centro em sua trajetória de 20 anos. Nessa versão, revisada pelo CFEMEA, são apresentadas diversas passagens históricas da formação e organização, como também a leitura especializada e sistematizada da metodologia de atuação – inclusive utilizando como fonte, além de documentos, a observação do cotidiano, a realização de entrevistas com fundadoras, equipe técnica e colaboradoras.

No levantamento de informações e a própria metodologia aplicada pela Strategos para executar o trabalho revelaram uma leitura externa do CFEMEA bastante atenta, com a percepção de problemas e avanços enfrentados e alcançados na sua trajetória, cuja metodologia de ação, de forma sistematizada, é apresentada a partir de cinco métodos: a articulação política; a incidência política perante os poderes instituídos (advocacy); a comunicação política, a educação e formação política; e a produção de conhecimento com e para as mulheres.

Vale destacar que a participação e integração nas instâncias coletivas dos movimentos de mulheres/feminista, nacional e internacional, além de estarem na origem e na rotina da atuação do CFEMEA, ainda são responsáveis por provocar e convocar a organização a discutir e propor novas ações.

De um contexto de abertura de diálogo, participação no processo da Assembléia Constituinte (1986-1988) que culminou com a aprovação da Constituição Federal de 1988, de ampliação de direitos para as mulheres até um cenário atual desafiador que tem demandado o fortalecimento do *sujeito político movimento de mulheres/feminista* para frear as tentativas de retroceder em direitos e seguir no horizonte de um mundo igual e livre para as mulheres muitos caminhos foram trilhados.

Parte desse processo pretende-se ver refletido na apresentação dessas análises. Ao longo desses 20 anos quantas não foram as vezes que mulheres e homens de diversos lugares nos sugeriram a criação de vários CFEMEAs espalhados por todo o Brasil, ao menos um em cada estado para acompanhar os processos legislativos locais e fortalecer a ação do movimento de mulheres/feminista nos estados e municípios. Muitas vezes fomos indagadas a sistematizar

nossa ação de incidência política feminista para que outros agrupamentos de mulheres pudessem se inspirar na luta cotidiana por direitos.

Esperamos poder contribuir para um pensamento teórico, que também se referenda numa práxis feminista, de uma forma de agir – uma metodologia da ação – para a conquista de direitos. Seguir avançando nessa perspectiva também depende da capacidade de reinventar e ressignificar os nossos conceitos, entendendo e atuando na dinâmica social que reúne, mas que também desagrega pessoas, para que nessa tensão que nos constitui sujeitos, possamos melhor definir nossas estratégias, nossa linguagem e capacidade de encantar mentes e corações, demonstrando que somos e seremos capazes de aprimorar o exercício da cidadania com igualdade de direitos e respeito às diferenças.

Esperamos que da sua leitura e das suas reflexões sobre as formas de atuar do CFEMEA possam surgir nossos estímulos e outras tantas maneiras de organizar-se em luta pela igualdade de gênero, raça, liberdade sexual, sem distinções de idade, origem, classe ou qualquer outra condição. As demandas sociais são concretas e estão no universo das relações sociais, nas famílias, na política, nos mundos do trabalho, na sexualidade, no campo ou na cidade.

É necessário continuarmos a luta pela radicalização da democracia na vida e nas relações sociais, buscando maior inserção nos espaços de poder, reinventando a forma de se exercer poder, para quem e em nome de quem, resistindo às tentativas de cerceamento de nossa liberdade e cidadania plena, insistindo na conquista de novos direitos e incidindo politicamente para a construção de projetos de desenvolvimento de nação que enfrentem as desigualdades sociais e que promovam cultura cidadã para todas e todos deste Brasil.

Finalmente, gostaríamos de agradecer a toda a equipe que fez e faz o CFEMEA nessa trajetória, nominalmente citad@s no Anexo 3 dessa publicação. Somos gratas à Analba Brazão e à equipe do Coletivo Leila Diniz pela construção do Prefácio do livro e pelas palavras de carinho e reconhecimento da atuação do CFEMEA. À equipe da Fundação Ford, nas pessoas de Ana Toni, Deanne Kerrigan e Denise Dora, que apostou na construção dos estudos que embasaram esse livro. Importante dizer que a equipe da Strategos construiu um texto mais detalhado sobre a metodologia do CFEMEA e um resumo executivo que está disponibilizado no novo website do CFEMEA em português, inglês e espanhol.

À equipe da Strategos que conduziu a pesquisa sobre a metodologia do Centro de forma responsável e competente, nossos agradecimentos: a professora Marisa von Bülow (coordenadora do processo) e @s alun@s, Ana Victória Soraggi Lafeté, André Jácomo de Paula Pinto,

Karla Joyce de Freitas Matos, Lorena de Lima Soares, Rafaela Moreira Avelar, Rachel Lenir Otoni Sampaio, Renato Arthur Franco Rodrigues.

Um sincero agradecimento também às equipes de outras organizações e fundações que, por meio de diferentes projetos, apoiaram o desenvolvimento de textos que originaram as outras publicações da Coleção 20 Anos de Cidadania e Feminismo, como a Fundação Heinrich Böll, a Coalizão Internacional para a Saúde das Mulheres (IWHC), o Fundo de Ação para o Aborto Legal e Seguro (SAAF), a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e a equipe do Fundo Metas do Milênio 3 (Holanda – MDG3 Fund).

Um agradecimento especial a Soraya Fleischer que acompanhou e interferiu brilhantemente no trabalho de sistematização da metodologia realizado pela Strategos assim como as sócias Almira Rodrigues, Iáris Cortes e Gilda Cabral, que acompanharam de perto o trabalho, participando das discussões com a equipe, entrevistas e contribuindo com seus pontos de vista.

Boa Leitura !

Após a leitura, fique a vontade para fazer comentários e encaminhar para cfemea@cfemea.org.br .

INTRODUÇÃO

Direitos das Mulheres na Lei e na Vida – 20 anos de trajetória em prol da cidadania feminina

Em 14 de julho de 1989, na mesma data em que se celebrava dois séculos da vitória dos ideais do iluminismo com a revolução francesa, nascia o Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o CFEMEA. As fundadoras, também inspiradas por ideais de um mundo justo, igualitário, fraterno e solidário para as mulheres decidiram seguir com a conquista de direitos para as brasileiras. Participantes ativas das mobilizações frente à Assembléia Constituinte e do “lobby do batom”, contribuíram para a conquista de direitos importantes para as brasileiras na Constituição Federal de 1988 - dentre eles, a igualdade de direitos e obrigações entre mulheres e homens (dos Direitos e Garantias Fundamentais, cap. 1, Art 5º, inciso I CF/88).

Esse momento histórico foi marcado pela visibilidade da pauta feminista, muito bem exposta pelas palavras de ordem “*Diferentes sim, mas não desiguais*”; “*Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher*”; “*Constituinte sem mulher fica pela metade*” e “*Filho não é só da mãe*”. Também pela atuação do CNDM, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que motivou e organizou encontros estaduais, municipais e o Encontro Nacional Mulher e Constituinte. Essa mobilização desencadeou a Carta das Mulheres aos Constituinte, composta das principais bandeiras como licença maternidade, direito a creche, legalização do aborto, igualdade na sociedade conjugal, garantia de mecanismos de combate a discriminação, entre outros. Em julho de 2009, o CFEMEA completou 20 anos de existência. Tal vivência deve ser celebrada frente um cenário de incertezas de financiamentos, fechamento de organizações dos movimentos sociais e de mulheres e de ataques conservadores (*backlash*) aos direitos sociais, em especial aos direitos das mulheres. Mais do que isso, temos de comemorar o fortalecimento do sujeito político *movimento de mulheres*, pois ao longo dessas duas décadas as ações de *advocacy* (promoção e defesa de direitos) e de

articulação política junto com os movimentos de mulheres/feminista têm sido fundamentais para a afirmação de direitos para as mulheres.

Nesses 20 anos, o CFEMEA tornou-se uma referência nacional e regional para os movimentos feministas que almejam a transformação de nossas sociedades latinoamericanas tão profundamente marcadas por desigualdades sociais, de gênero, étnicas e raciais. Tais desigualdades continuam sendo um entrave para a vivência plena da cidadania na nossa região, bem como o desenvolvimento de sociedades verdadeiramente democráticas, justas e libertárias.

Nesses 20 anos muita coisa se passou: colaboramos para a conquista de mais de 80 leis para as mulheres brasileiras; contribuimos para a radicalização de um sentido mais amplo de democracia para além da representação política; atuamos em conjunto com os movimentos feministas na perspectiva de fortalecer a organização dos movimentos de mulheres como o sujeito político central na luta por igualdade; enfrentamos crises institucional-financeiras; resistimos a intentos de grupos conservadores de retroceder direitos das mulheres e, porque não dizer, ampliamos as possibilidades de uma vida mais digna para as brasileiras.

Com o debate trazido neste livro esperamos contribuir para socializar a experiência de uma organização que incide nos poderes públicos, especialmente no Legislativo federal, a partir do movimento feminista, promovendo a conquista de Leis e políticas públicas que assegurem a cidadania plena das mulheres brasileiras. Em 20 anos de existência, queríamos aproveitar o momento de celebração para também pensarmos nossa trajetória, os percursos que estamos construindo, as mudanças que podemos promover para que o feminismo ganhe maior expressão na sociedade brasileira e possa abrir caminhos e consolidar propostas para uma vida livre de violência e com igualdade para as brasileiras e a população em geral.

O grupo de mulheres que faz o CFEMEA e homens pró-femismo que colaboram nessa jornada atua a partir do reconhecimento de que a desigualdade entre mulheres e homens é um problema social relevante de nossa sociedade. Tal desigualdade articulada com o racismo e a exploração de classe estruturam a realidade social brasileira.

Conforme discute Carmen Silva¹ em uma reflexão sobre a institucionalização da dimensão de gênero nas organizações, a missão e os objetivos de um grupo político é o que une esse agrupamento e define seu posicionamento público, a partir de seu projeto político. E, ela argumenta,

1 “O Caminho das Pedras: institucionalizar a dimensão de gênero nas organizações”. Em, *Idéias e Dinâmicas – Gênero e Desenvolvimento Institucional*. Recife, SOS CORPO, 2007.

Por causa dele (o projeto político) é que precisamos refletir sobre a exploração e opressão das mulheres e sobre a superação desta situação como um patamar na construção da democracia. Pensar a igualdade de gênero como um princípio democrático nos faz rever nossas posições e nossas ações no mundo à luz deste desafio, tanto coletiva quanto individualmente, sem que uma faceta tenha que esperar pela outra para se concretizar (Silva, 2007: 44 e 45).

Assim, o posicionamento público de uma organização feminista antirracista que aposta na superação das desigualdades sociais se espelha nos programas institucionais desenvolvidos nos últimos 20 anos pelo Centro.

Vejam rapidamente alguns momentos dessa trajetória

Os primeiros anos do CFEMEA corresponderam à fase de *Institucionalização* (1989-1991)², período em que nossa atuação não contava com apoio financeiro, que Internet não existia e computador era uma novidade. O trabalho técnico contava com o trabalho militante de feministas de diferentes locais do Brasil. Formava-se um *comitê de especialistas*, e essas ativistas contribuíam com a formulação de pareceres e notas técnicas sobre as proposições legislativas.

Durante a década de 1990, conquistamos novas leis (só na Legislatura de 1991 – 1994, foram 30 Leis em prol da cidadania feminina), apesar do início de uma era neoliberal de flexibilização de direitos, marcados pelos Governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Passamos por um momento de avanços de legislação e direitos em uma época que o país vivia um intenso processo de redemocratização política após 20 anos de ditadura militar.

Nesse período conquistamos a Lei de planejamento familiar (Lei 9.263/2006); as trabalhadoras do campo conquistaram o direito à licença-gestante; a criminalização do racismo (Lei 7.716/1989); a proibição da exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos de admissão no trabalho (Lei 9.029/1995); a regulamentação da união estável (Lei 9.278/1996) para citar alguns exemplos³. Mais do que meras leis escritas no papel, vale ressaltar que todos os avanços na legislação resultam de muitas lutas de sujeitos

2 No texto “20 anos de atuação do CFEMEA” desta publicação é feita uma caracterização das fases do CFEMEA. A institucionalização seria o primeiro momento, seguido das fases de consolidação, expansão e adaptação.

3 Para uma análise da legislação pró-direitos das mulheres, ver publicação do CFEMEA: “Os Direitos das Mulheres na Legislação Brasileira Pós-Constituinte”, Brasília: 2006. Disponível no website: <http://www.CFEMEA.org.br/pdf/direitosposconstituente.pdf>.

políticos que ousam questionar a ordem vigente e propor o ousado, aprofundando a democracia e a cidadania brasileiras.

O desenvolvimento do *Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida* (conhecido como o PDMLV) inaugura a fase em que esse coletivo passa a ter uma estrutura de Organização Não Governamental, com seu projeto político delineado em um documento, o qual orientava os primeiros projetos realizados pela equipe.

No início dos anos 2000 - uma década de existência do CFEMEA - o contexto político era de: globalização e ameaça aos direitos sociais (e das mulheres). Podemos ver as tentativas neoliberais de enfraquecimento do papel de garantidor de direitos do Estado brasileiro, a universalidade das políticas públicas compromissada na Constituição foi se esvaziando, e - ao invés de crescerem as ações afirmativas, redistributivas ou compensatórias, ganham força as políticas focalizadas e parciais.

Mesmo assim, as estratégias de *advocacy* do CFEMEA junto com o movimento feminista foram essenciais para frear processos de flexibilização e ainda fazer avançar outras conquistas legais.

Nos anos 2000 ganha destaque o tema do enfrentamento à violência contra mulher, além de reconhecimento de direitos para as trabalhadoras domésticas. Alguns exemplos: o novo código civil (Lei 10.406/2002) - após duas décadas de tramitação no Congresso Nacional, sua aprovação prevê que os encargos familiares no casamento sejam assumidos mutuamente, pelo homem e mulher, na condição de consortes, companheir@s e responsáveis (ainda que não reconheça as famílias formadas por pessoas que mantêm relações homoafetivas); as mudanças de termos discriminatórios contra as mulheres no código penal, como "Mulher honesta" (Lei 11.106/2005); a notificação compulsória de caso de violência contra a mulher atendido em serviços de saúde públicos ou privados (Lei 10.778/2003); a Lei Maria da Penha (11.340/2006) que tem como objetivo prevenir e combater a violência doméstica contra as mulheres.

No entanto, após essas conquistas, precisamos permanecer alertas, seja para garantir a concretização e efetividade dos direitos assegurados formalmente; seja por causa de uma onda política conservadora que atenta contra a autonomia reprodutiva das mulheres, que vem tentando impor modelo único de família tradicional, resistindo em reconhecer as novas referências familiares, como o direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo ou ainda o direito à adoção por casais que vivem relações homoafetivas, entre outras.

No campo da autonomia econômica e da proteção social do trabalho das mulheres, temos visto que os direitos previdenciários e trabalhistas também estão sendo questionados e as propostas

restritivas surgem com maior força, com tentativas de reformas trabalhistas e várias mudanças no sistema previdenciário, até então uma das políticas com maior capacidade de inclusão social. Durante esse período temos, com sucesso, enfrentado forças poderosas para manter o direito ao diferencial de cinco anos entre a aposentadoria feminina e masculina (única medida legal que reconhece o valor social da dupla jornada de trabalho e de seu peso sobre a vida das mulheres), bem como avançando para garantir novos direitos para as trabalhadoras domésticas.

Nessa trajetória, também observamos a necessidade de ampliar nosso leque de atuação. Para que os direitos conquistados em Lei se transformem em direitos na Vida, lema que move a atuação do CFEMEA, foi preciso atentar para o planejamento das políticas públicas, bem como sua execução orçamentária.

Em meados da década de 1990, começamos as primeiras tentativas de monitoramento do ciclo orçamentário da União, pois temos visto que os avanços legais até agora alcançados não têm se traduzido em exercício efetivo dos direitos assegurados, seja pela falta de determinação para implementar políticas públicas, seja pela não alocação de recursos orçamentários suficientes para garantir a execução de programas voltados para a cidadania das mulheres.

O ciclo de desafios que justificam a incidência política do CFEMEA, portanto é sempre renovado. Razão que configura, por novas linhas de ação, como por exemplo o fortalecimento da ação dos movimentos de mulheres sobre o orçamento público nos estados e municípios. Há necessidade de ampliar mecanismos de transparência dos gastos públicos, de controle social sobre as políticas econômicas para que a participação social também ocorra na decisão do planejamento e da execução dos gastos públicos; tentando inverter a lógica neoliberal que prioriza os investimentos econômicos em detrimento das políticas sociais, se pautando na criação de políticas e mecanismos para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas frente uma lógica de modelo de desenvolvimento excludente.

Outro elemento desafiador para os movimentos sociais que lutam para a consolidação da democracia e por transformações sociais diz respeito ao nosso sistema político. A representação política está em crise e enfraquecida. As eleições de um governo do campo democrático e popular trouxe para a sociedade em geral, e para os movimentos sociais em particular, a expectativa de aceleração de um processo de transformação social que, contudo, ainda tarda. Avanços ocorreram no sentido de maior visibilidade às lutas sociais e diálogos abertos entre sociedade civil organizada e governo, a institucionalidade de pastas ministeriais como as Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos.

A partir dessa conjuntura e da atuação do CFEMEA, diversos elementos críticos também se colocam para nossa incidência política, merecendo o amadurecimento de nossa reflexão, apondo a necessidade de uma ação cada vez mais articulada com outros movimentos sociais, bem como o aprimoramento das estratégias de defesa de direitos para se evitar perdas e seguir avançando.

É essencial ampliar as alianças e contribuir para a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento desumano, predatório e insustentável, somando-se às vozes e aos esforços para a construção de um outro mundo possível. O século XXI inicia-se com processos organizativos de pessoas, redes e movimentos sociais contrári@s ao pensamento único.

A noção de democracia com o qual trabalhamos também alude ao respeito à diversidade, e ao privilegiamento do diálogo e da negociação nos conflitos sociais. A noção de cidadania traz o sentido de atendimento integral de direitos no público e no privado. Privilegamos a dimensão de cidadania ativa e, por conseguinte, do fortalecimento dos movimentos sociais e de mulheres.

Assim, é fundamental pensar ações afirmativas, legislação e políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades de gênero e de raça/etnia. Também é essencial pensar as diferenças entre as mulheres e buscar a igualdade intra-gênero.

Como o que a gente advoga tem sucesso, acontece, se realiza?

Ousamos em responder que só **mudando a correlação de força** que está disputando o poder. Para isso, temos tentado investir ainda mais na articulação com o movimento e no seu fortalecimento. Por outro lado, a forma como nossa experiência política se coloca no mundo convoca menos gente do que o necessário para mudar a política e o poder. Para tanto faz-se necessário reinventar linguagens, formas de mobilização e buscar outras formas para alcançar e sensibilizar as pessoas – reencantar o mundo novamente!

A possibilidade de construção de alternativas é mesmo a **CONSTRUÇÃO** dos conteúdos, dos discursos, da linguagem – uma radicalização dos processos. Uma saída que o CFEMEA tem buscado é a linha de formação, especialmente em orçamento público, com ênfase nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Temos desenvolvido projetos-piloto nessa área e tal construção tem se mostrado positiva para enfrentar parte de nossos desafios como construção de novas linguagens e maior fortalecimento dos movimentos de mulheres.

Por fim, não podemos perder o que conseguimos até então ao longo desses anos de redemocratização brasileira. Temos o desafio de manter o patamar mínimo que alcançamos. Citamos dois exemplos que têm mobilizado os movimentos de mulheres para que os direitos conquistados se efetivem na vida das mulheres: a conquista da Lei Maria da Penha, instrumento normativo integral de combate à violência doméstica contra as mulheres. Agora ela tem de ser implantada, com recursos públicos para isso. Outra conquista é o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004 e reeditado em 2007) que também é fruto da organização dos movimentos de mulheres nos processos de conferências de políticas para as mulheres. Existe e não podemos perder. Tais processos nos mostram que temos de **responder às emergências ao mesmo tempo que pensamos alternativas**, tendo coerência e sem abrir mão de nossas plataformas e princípios.

Essas tensões e questões permeiam a construção dos próximos passos institucionais do CFEMEA. Sigamos adiante!





20 ANOS DE ATUAÇÃO DO CFEMEA: SISTEMATIZAÇÃO DA METODOLOGIA E REFLEXÕES PARA INCIDÊNCIA POLÍTICA FEMINISTA

Este texto é uma versão revisada pelo CFEMEA a partir do produto desenvolvido pela equipe da Strategos (Empresa Jr. de Consultoria Política) e pelo Grupo de Pesquisa “Sociedade Civil e Negociações Internacionais”, ambos vinculados ao Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília. O trabalho foi coordenado pela professora adjunta do IPOL, Marisa Von Bülow. A equipe foi contratada para realizar estudo sobre a metodologia adotada pelo Centro em sua trajetória de 20 anos. Em diversas passagens serão citadas entrevistas. Estas fizeram parte do levantamento de informações e a própria metodologia aplicada pela Strategos para executar o trabalho.

Introdução

Este trabalho pretende atender a uma demanda da própria organização, de parceiras e, especialmente, de grupos e articulações do movimento de mulheres, que vêm demandando do CFEMEA um documento que apresente, de forma sistemática, o relato de sua metodologia, uma sistematização da forma de fazer a sua incidência política ao longo das duas décadas de sua existência.

Além de cumprir com esse objetivo, o texto também identifica algumas das principais lições aprendidas pela organização ao longo da sua história. Ao fazê-lo, não temos a expectativa de que outras organizações repliquem o trabalho do CFEMEA, mas sim que seja um instrumento de reflexão e intercâmbio de idéias sobre quais são as estratégias, objetivos, formas de articulação e organização mais apropriadas para enfrentar os desafios colocados para os movimentos feministas e de mulheres em nosso País.

O texto está dividido em seis partes. A primeira apresenta de forma resumida qual é a missão do CFEMEA, sua identidade e compromissos, além dos eixos fundamentais da metodologia que orienta a sua atuação. As demais partes são dedicadas à sistematização da metodologia. Para cada um dos cinco eixos de intervenção, apresentamos suas características e objetivos principais, explicamos como se relaciona com as diferentes etapas vividas pela organização, e identificamos casos paradigmáticos que exemplificam a sua operacionalização.

Destaca-se que, considerando as inúmeras atividades do CFEMEA, foram escolhidos exemplos que se referem apenas a três áreas estratégicas: enfrentamento à violência contra a mulher,

direito ao abortamento legal e seguro e orçamento público com perspectiva de gênero. Estas áreas foram estudadas em maior profundidade pela equipe da Strategos encarregada de elaborar este documento, no entanto, outras temáticas também são mencionadas ao longo do texto.

1. Caracterização do CFEMEA e sua metodologia

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA – é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, sediada em Brasília. Fundada em julho de 1989, sua missão é contribuir para o fortalecimento do feminismo e da democracia, incidindo no Poder Público para a garantia de direitos das mulheres. Para cumprir sua missão, atua com o compromisso de defender e radicalizar a democracia, superar as desigualdades e discriminações de gênero e de raça/etnia e afirmar os princípios da liberdade, autonomia, solidariedade e diversidade.

O CFEMEA foi a primeira organização feminista da América Latina a acompanhar de forma sistemática e incidir no Poder Legislativo do seu País. O fato de estar situado em Brasília aumenta a possibilidade de atuação junto às instituições políticas, deixando-o mais antenado às questões nacionais e facilitando a sua especificidade na pressão e controle social do Estado para os temas que afetam os direitos das mulheres. O CFEMEA é uma organização que aposta na estratégia de defesa dos direitos das mulheres mediante o diálogo autônomo do movimento de mulheres com o Estado e outros atores do sistema político para avançar no sentido da afirmação e efetivação desses direitos.

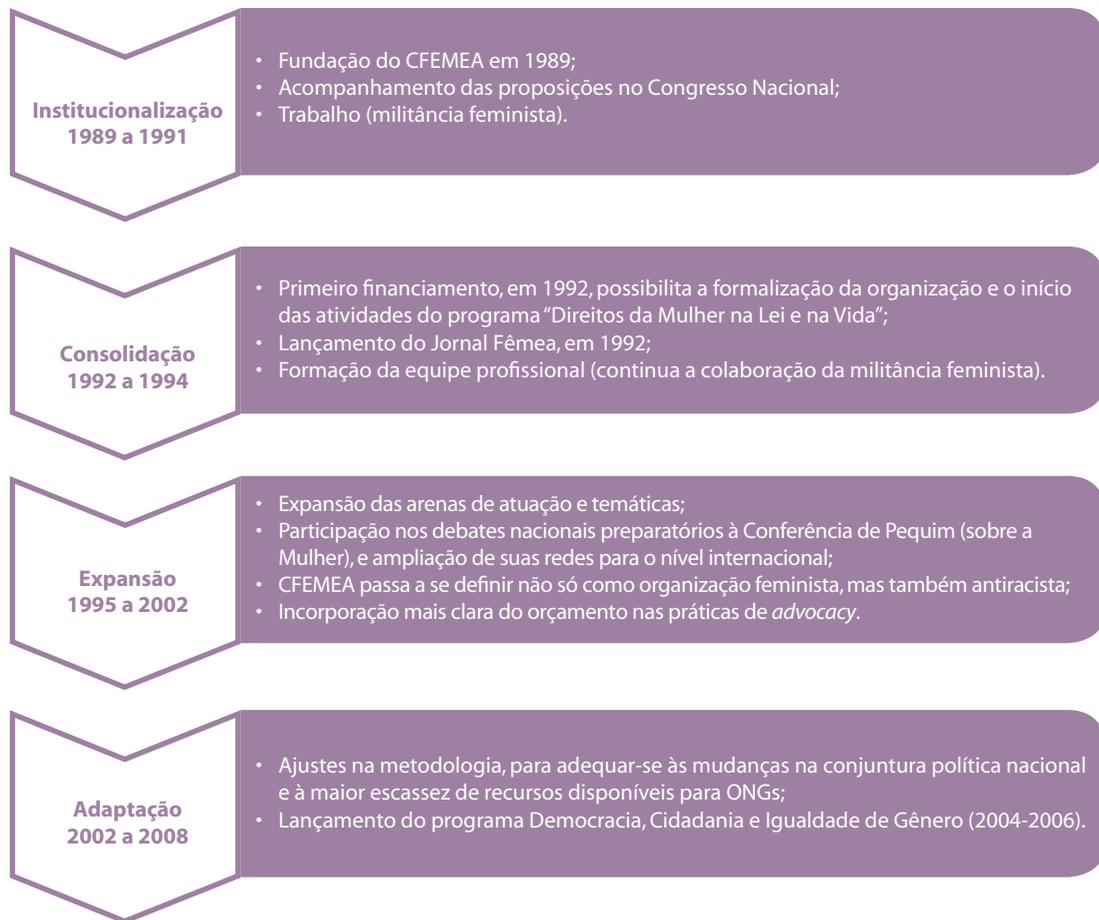
Como pode ser visualizado na Figura 1, ao longo de 20 anos de existência o CFEMEA passou por quatro grandes etapas, considerados os principais objetivos e desafios de cada período. A primeira, entre os anos de 1989 e 1991, foi a de criação da organização, institucionalização e início da sua atuação permanente em defesa dos direitos das mulheres. Nesse período, a ação do CFEMEA foi sustentada exclusivamente pelo trabalho militante das suas sócias e uma rede de colaboradoras.

A segunda etapa foi de consolidação: de 1992 a 1994. É nessa etapa que o CFEMEA consegue aprovar seus primeiros projetos e obter algum financiamento para regularizar formalmente a organização e lançar o programa institucional “Direitos da Mulher na Lei e na Vida”. O trabalho, até então exclusivamente militante, começou a ganhar mais fôlego a partir da profissionalização (em tempo parcial) de algumas poucas militantes e da instalação de uma estrutura mínima de escritório, que ampliaram a capacidade da organização de articulação política e soma de



esforços. Nesse período começamos a contar com o apoio de comitês de especialistas que, num trabalho de militância feminista, colaboravam na análise técnica e política dos projetos em tramitação no Congresso Nacional, sempre em intenso diálogo com outras referências dos movimentos feministas e de mulheres. Datam de 1992 o lançamento do *Jornal Fêmea* - principal publicação do Centro distribuída até o presente; e o cadastro de organizações do movimento de mulheres em todo o país, ambos instrumentos indispensáveis para a articulação política feminista.

Figura 1. Quatro etapas da história do CFEMEA, 1989-2008



A terceira etapa, que vai de 1995 a 2002, é de expansão das temáticas e arenas de atuação. Nesses anos, o CFEMEA participou dos debates nacionais preparatórios às Conferências das Nações Unidas na defesa da igualdade de gênero, e fortaleceu sua presença nas redes internacionais. É nessa época que o CFEMEA passou a se definir não só como organização feminista, mas também antirracista. Merece destaque a dedicação, nesse período, à temática da política representativa, a partir de duas preocupações básicas: difundir a perspectiva feminista nas esferas políticas (Congresso Nacional, Assembleias Estaduais, Câmara de Vereadores, Governo Federal e Estadual e Prefeituras); e contribuir para a ampliação da participação das mulheres nos processos eleitorais e de representação política.

De fato, o CFEMEA foi a primeira organização feminista a se debruçar sobre os resultados das eleições com ênfase na participação política das mulheres, a partir das eleições municipais de 1996. Ainda nessa etapa, a temática do orçamento público também ganhou importância crescente nas atividades e demandas da organização.

A quarta etapa teve início em 2003. Nesse último período, o CFEMEA buscou promover ajustes na sua metodologia, adequando-se às mudanças na conjuntura política nacional e à escassez de recursos disponíveis para as ONGs. O Programa “Democracia, Cidadania e Igualdade de Gênero”, do triênio 2004-2006, refletiu um maior equilíbrio, dentro da organização, dos esforços distribuídos entre as esferas do monitoramento da legislação e das políticas públicas; entre os compromissos assumidos pelo governo e as peças orçamentárias; e entre as ações de *advocacy* e as de articulação e fortalecimento dos movimentos de mulheres.

Ao longo desses 20 anos de história, o CFEMEA passou por um processo de profissionalização da equipe e estruturação da sua metodologia. Como outras ONGs, as suas ações não são pautadas apenas pelo conhecimento técnico, mas também se concebe como parte ativa do movimento social no exercício da cidadania em busca do aprofundamento democrático que é incompatível com as desigualdades estruturante de gênero e raça, assim como de classe. Portanto, a organização não pode ser caracterizada como um “lobby” tradicional. Sua atuação está pautada pela articulação permanente com o movimento feminista, que tem impacto direto nas escolhas políticas realizadas pela direção, pelas sócias e pela equipe.



Figura 2. O círculo virtuoso da metodologia do CFEMEA – cinco eixos

Apesar de mudanças experimentadas desde a sua criação, é possível identificar cinco eixos da sua metodologia de atuação que têm continuidade ao longo do tempo: articulação política, *advocacy* (promoção e defesa de direitos), educação e formação política, comunicação política e produção de conhecimento. A Figura 2 permite visualizar esses eixos em termos de um círculo virtuoso, no qual se reforçam mutuamente, de forma dinâmica.

Sem esquecer que um eixo não funciona bem sem os demais, a seguir são apresentados cada um separadamente: a) como é definido, b) os principais objetivos e, c) exemplos da sua implementação na prática do CFEMEA. Ao final de cada seção, são apresentadas, de forma resumida, algumas das principais lições aprendidas pelo CFEMEA, que possivelmente serão úteis para outras organizações que queiram compreender melhor como se dá um trabalho de incidência política nos poderes públicos em prol dos direitos das mulheres.

2. Articulação política

O que se denomina de “articulação política” do CFEMEA engloba o seu relacionamento com organizações da sociedade civil e movimentos sociais em geral, e, mais especificamente, com os movimentos feministas e de mulheres. Essas relações são construídas ao longo do tempo a partir da percepção dos consensos, convergência de interesses e identificação de demandas e necessidades. São três os objetivos principais dos esforços de articulação política:

- contribuir para fortalecer os movimentos de mulheres;
- definir as linhas de atuação e estratégias a serem implementadas pelo CFEMEA e;
- garantir legitimidade para as suas ações frente aos espaços institucionais de poder.

O CFEMEA sempre teve a preocupação de elaborar uma pauta de reivindicações que não fosse somente sua, mas que refletisse as demandas de um conjunto mais amplo de organizações da sociedade civil. Para compreender como a organização faz articulação política, portanto, é fundamental considerar o seu posicionamento como ponte entre espaços institucionalizados de poder – principalmente o Poder Legislativo nacional – e organizações do movimento de mulheres. Essa função mediadora é operacionalizada por meio da transmissão contínua de informações, pela geração de conhecimento sobre temas de interesse comum, pelas iniciativas de educação e formação política e pelos mecanismos de diálogo para a construção de acordos sobre demandas e estratégias.

Dependendo da temática, no entanto, a articulação política ganha contornos diferentes porque conexões específicas são ativadas. Além disso, a maneira como a articulação é feita – as parcerias construídas, as demandas apresentadas e sua continuidade ao longo do tempo – varia de acordo com a conjuntura, os recursos disponíveis e as estratégias escolhidas.

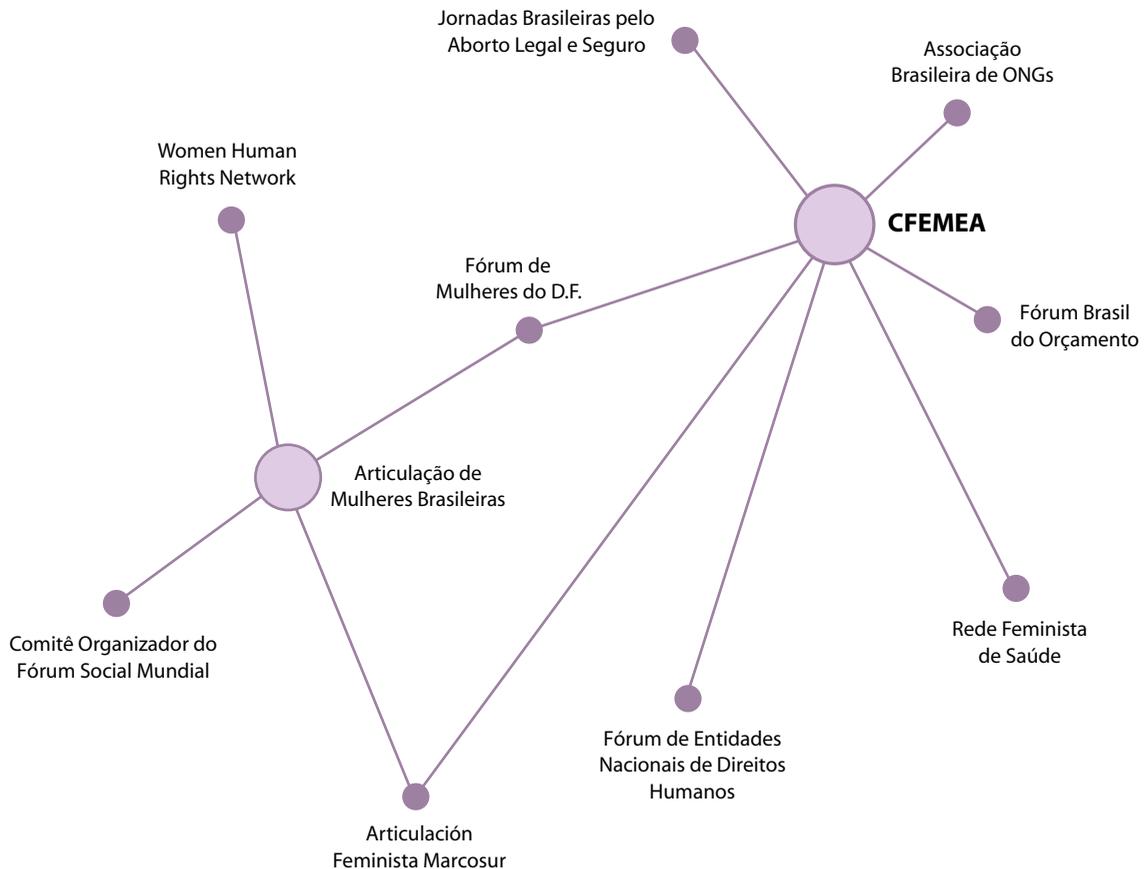
Apesar da importância de parcerias com organizações individuais em projetos e iniciativas específicas, o esforço na definição de estratégias, estabelecimento de planos de ação e definição de agendas se dá prioritariamente nas coalizões das quais o CFEMEA participa, ou a sua “rede de redes” (ver Figura 3).

Entre essas, um dos principais espaços de articulação política para o CFEMEA é a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), criada em 1994. Desde então, o CFEMEA tem trabalhado intensamente para o seu fortalecimento, produzindo informação para subsidiar os debates do Comitê



Político Nacional, participando da construção coletiva de estratégias e de ações de mobilização social, atuando em suas frentes de luta com vistas à transformação da sociedade a partir do feminismo antirracista. Ao longo dos 15 anos de existência da AMB, em diferentes momentos, representantes do CFEMEA no Fórum de Mulheres do DF participaram do seu Comitê Político Nacional e da Coordenação Executiva. De 1999-2002, o Centro exerceu mandato de Secretaria Executiva. A AMB constitui-se, portanto, em espaço político privilegiado para o CFEMEA na definição de prioridades políticas e linhas de atuação.

Figura 3. A rede de redes do CFEMEA (principais vínculos)



Formato dos nós: Círculo: alianças nacionais. Quadrado: alianças internacionais.

Em nível internacional, desde o início da fase de consolidação do CFEMEA há intercâmbio de idéias e troca de informações com organizações latino-americanas. Esses vínculos se expandiram e fortaleceram na década de 90, com a participação no Ciclo de Conferências Sociais das Organizações das Nações Unidas. O processo que levou a Conferencia Mundial sobre a Mulher – Beijing '95 foi o que construiu laços políticos regionais mais fortes e duradouros, que teceram inclusive o pertencimento do CFEMEA a Articulacion Feminista MarcoSur, criada em 1999. Nesse momento também estava sendo concebido e organizado o I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre e o Centro teve participação ativa nessa construção. Desde então, estamos atuando como organização individual e nas redes a que pertencemos para fortalecer o processo do Fórum Social Mundial. Promovendo e participando da Campanha contra os Fundamentalismos, o Fundamental é a Gente; ou de espaços como os Diálogos Feministas Internacionais, Diálogos entre os Povos, entre tantos outros, buscamos fortalecer a perspectiva feminista na construção de alternativas para que outro mundo seja possível. E, além disso, favorecer a convergência e o aprofundamento do debate com outros movimentos sociais empenhados nessa mesma luta.

Como já foi mencionado acima, a maneira específica como o CFEMEA constrói suas redes e ativa seus vínculos depende fundamentalmente da temática a ser trabalhada e da conjuntura política específica. Há, portanto uma pluralidade de repertórios de articulação política, que vão desde ações de curto prazo, como campanhas que buscam pressionar parlamentares a votarem a favor ou contra uma iniciativa legislativa, até a construção de alianças de longo prazo, estruturadas a partir de um programa comum. O tema da violência contra as mulheres oferece um bom exemplo dessa diversidade, e de como esses repertórios muitas vezes se complementam.

No combate à violência contra as mulheres, um marco tanto na história do CFEMEA como nos movimentos de mulheres em geral foi a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Ao longo da década de 1990, o CFEMEA promoveu uma série de seminários, em parceria com outras organizações como a THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, CEPIA e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Graças a esses debates e às discussões sobre a reforma do Código Penal brasileiro, o movimento feminista identificou a necessidade de uma lei específica que tratasse da violência contra as mulheres no âmbito das relações privadas.

Em 2002, o CFEMEA, juntamente com outras entidades feministas e juristas especializados no tema da violência contra a mulher, criou o “Consórcio de ONGs Feministas sobre a Violência



Doméstica”, que tinha como objetivo elaborar uma minuta de projeto de lei para combater a violência doméstica e familiar. Além do CFEMEA, o Consórcio foi formado pelas entidades: ADVOCACI, AGENDE, CEPIA, CLADEM e THEMIS e, contou com a participação de juristas e feministas especialistas no assunto (Ela Wiecko, Leilah Borges da Costa, Rosane Reis Lavigne e Ester Kosovski).

Posteriormente, a proposta desse Consórcio foi utilizada pelo Executivo para apresentar o Projeto de Lei que originou a Lei Maria da Penha. Além de exercer o papel de coordenador do consórcio, o CFEMEA buscou mobilizar os movimentos estaduais para pressionar @s parlamentares, num exercício legítimo da cidadania e da intervenção nos processos decisórios, por meio de petições enviadas ao Congresso Nacional, a divulgação das informações sobre a tramitação da Lei na sua página eletrônica e no Jornal Fêmea, a produção de campanha de rádio (As Vitoriosas) para impulsionar a aprovação da Lei e o envio de mensagens eletrônicas @s parlamentares envolvidos na votação, tanto nas comissões temáticas do Congresso Nacional como em plenário.

Após a aprovação da Lei, a articulação política continuou no sentido de acompanhar a implementação e avaliar a sua efetividade. Uma das estratégias utilizadas pelo CFEMEA para divulgar a lei foi a elaboração da cartilha “Lei Maria da Penha: do papel para a vida”. Além disso, há um diálogo permanente com representantes de organizações de vários estados que monitoram a implementação da lei e debatem propostas. O monitoramento sistemático da destinação orçamentária para implementação da lei é uma prioridade, além do acompanhamento das medidas e mecanismos previstos para sua efetividade. Vale mencionar as vídeoconferências organizadas pela Articulação de Mulheres Brasileiras, realizadas com representantes de diversos fóruns e agrupamentos de mulheres (promovidas em 2006 e 2008), quando representantes dos estados debateram os obstáculos para implementação da lei e trocaram informações.

Lições aprendidas pelo CFEMEA em matéria de articulação política

Articulação política vai além das fronteiras dos movimentos de mulheres: por exemplo, a experiência do Fórum Brasil do Orçamento também pode ser replicada em nível estadual e/ou municipal.

Articulação simultânea nas diferentes escalas: nacional, estadual e municipal, serve para estabelecer fontes de pressão política mais eficientes n@s parlamentares.

Adaptação contínua dos repertórios de articulação política: diferentes conjunturas políticas e temáticas demandam diferentes formas de articulação política.

3. Advocacy ⁴

3.1 Advocacy no Legislativo

Dos eixos da metodologia do CFEMEA, o *advocacy* é o que reflete melhor a sua missão. Foi por meio das atividades de incidência no Poder Legislativo que a organização se tornou conhecida para diversos atores políticos e para os movimentos de mulheres. O *advocacy* – segundo conceito adotado pelo CFEMEA – pressupõe ação coletiva, pública e política com a finalidade de promover conquistas mais justas e democráticas que beneficiam a sociedade em geral. É a partir desse entendimento de *advocacy* que o CFEMEA desenvolve, desde suas origens, sistemas de acompanhamento e monitoramento das normas produzidas pelo Congresso Nacional que têm impacto nos direitos e na vida das mulheres, além da elaboração de propostas e encaminhamento de demandas.

As ações de *advocacy* no legislativo são resultado de uma sinergia com outros dois eixos da metodologia: a articulação e a comunicação política. A partir das atividades de comunicação e a articulação política é construído o posicionamento coletivo acerca dos diversos assuntos e temas de interesse dos movimentos feministas e de mulheres. Também existe uma ligação do *advocacy* com os demais eixos metodológicos do CFEMEA. Como se verá mais detalhadamente adiante, a produção de conhecimento e a educação política são também elementos fundamentais no processo de *advocacy*. Por exemplo, as notas técnicas fornecidas a parlamentares fazem parte do processo de fundamentação argumentativa do CFEMEA com deputad@s e senador@s.

Além do conhecimento profundo sobre o conteúdo das proposições, ao longo dos seus vinte anos de atuação no legislativo, o CFEMEA adquiriu uma expertise única sobre o funcionamento, as regras e as dinâmicas das casas parlamentares. Com esta vasta bagagem, o CFEMEA transmite conhecimento específico sobre o processo decisório e os conteúdos das proposições para organizações do movimento de mulheres.

As origens do *advocacy* no Legislativo – do fax ao SIC

Durante a primeira etapa do CFEMEA, entre os anos de 1989 e 1991, suas fundadoras se dedicaram a mapear e acompanhar o trâmite das proposições que impactavam a regulamentação

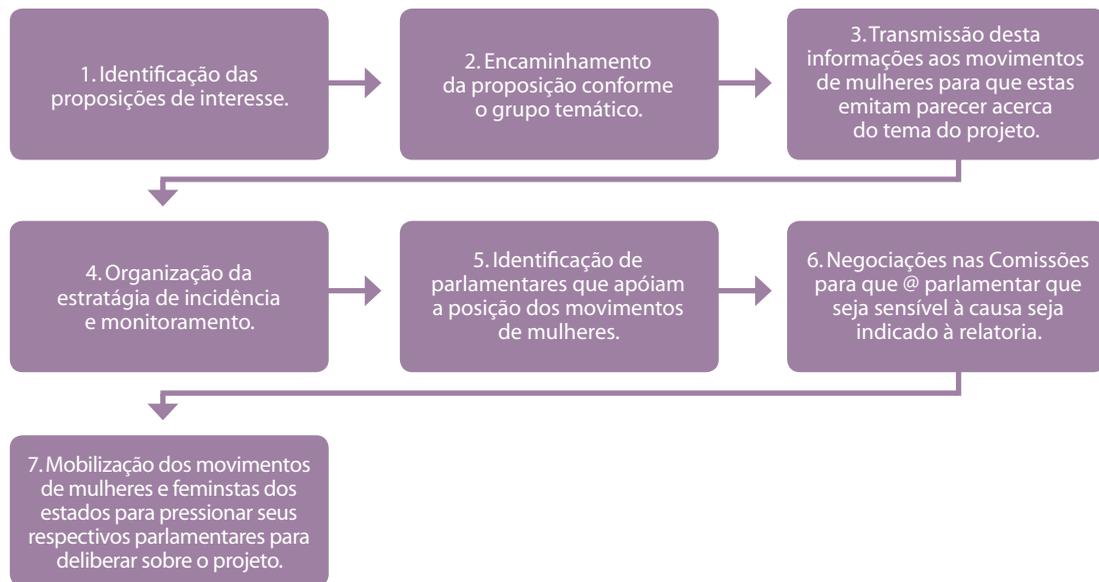
⁴ Ver Rodrigues, Almira. *Advocacy : uma ação política de novo tipo*. Disponível em: <http://www.CFEMEA.org.br:80/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=32>. Acesso em 3 de Janeiro de 2009.



dos dispositivos constitucionais que faziam referência aos direitos das mulheres. Para organizar melhor o trabalho, se dividiram em grupos, de forma tal que cada uma fosse responsável por uma área temática.

Como a Figura 4 mostra, de forma esquemática, o passo-a-passo do *advocacy* consistia das seguintes etapas: os grupos responsáveis por cada especialidade identificavam as proposições que eram de interesse (que impactavam a regulamentação dos direitos das mulheres); em seguida, entravam em contato com representantes dos movimentos de mulheres para que emitissem opiniões/pareceres acerca dessas matérias; a partir dessas manifestações, o CFEMEA organizava sua estratégia de incidência. Havia também uma coordenação de monitoramento das proposições que tramitavam no Plenário e nas comissões legislativas. Inicialmente, o trabalho era baseado no “corpo-a-corpo”, sendo necessário ir aos gabinetes d@s parlamentares e aos órgãos das Casas para obter informações.

Figura 4. Advocacy no Legislativo entre 1989 e 1991



Nesse período, o fax exerceu um papel importante, pois permitia manter o fluxo de informações entre o CFEMEA, colaboradores e as redes dos movimentos de mulheres existentes nos estados. Em 1992, o CFEMEA realizou um levantamento de proposições que naquele momento

tramitavam no Congresso Nacional e que de alguma forma impactavam a regulamentação dos direitos das mulheres.

Os avanços tecnológicos dos anos seguintes também permitiram o aprimoramento da estratégia de monitoramento de matérias legislativas. O acompanhamento informatizado do CFEMEA foi criado com o Sistema de Recuperação de Informação (SRI), posteriormente denominado SIC - Sistema de Informação sobre o Congresso Nacional.

O SIC permite o monitoramento cotidiano das matérias e a organização das atividades de advocacy no Legislativo. Uma vez identificadas as proposições legislativas de interesse dos movimentos de mulheres (principalmente Propostas de Emenda à Constituição, Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementar, Medidas Provisórias e Requerimentos), essas proposições são encaminhadas para as responsáveis pela área temática da matéria em questão. Até este passo, o processo é semelhante ao que se fazia nos primeiros anos de atuação do CFEMEA. Após esta etapa, as técnicas responsáveis de áreas classificam as proposições a partir de seu tema, subtema e de acordo com a prioridade do assunto para os movimentos feministas e de mulheres e para a sociedade em geral.

Após a classificação, as matérias são inseridas e cadastradas no SIC. É feito um mapeamento semanal das pautas de comissões e plenário da Câmara de Deputados e do Senado. Caso haja proposição de interesse do CFEMEA nas pautas do Congresso Nacional, a técnica da área temática em questão fica responsável por tomar as devidas providências, que vão desde simplesmente acompanhar o andamento da tramitação à discussão com parlamentares sobre a matéria (ver Figura 5), além da produção de análises sobre a proposição e intercâmbio com outras organizações interessadas.

No entanto, as estratégias utilizadas dependerão, em boa medida, do nível de prioridade definido para cada matéria. Se a proposição é classificada como de maior prioridade, é feito um acompanhamento sistemático da sua tramitação, que envolve conversas com @ relator/a na tentativa de influenciar o parecer e o voto daquel@ parlamentar; o envio de sugestões de emendas a parlamentares da Comissão, além de garantia de presença e subsídios para que haja conhecimento e intervenção de parlamentares apoiador@s da opinião dos movimentos de mulheres; a mobilização das organizações diretamente interessadas por meio de cartas, notas no site e outras ferramentas de comunicação; e a presença e acompanhamento do debate nas Comissões, para o uso de mecanismos regimentais do processo legislativo, cabíveis em cada caso.

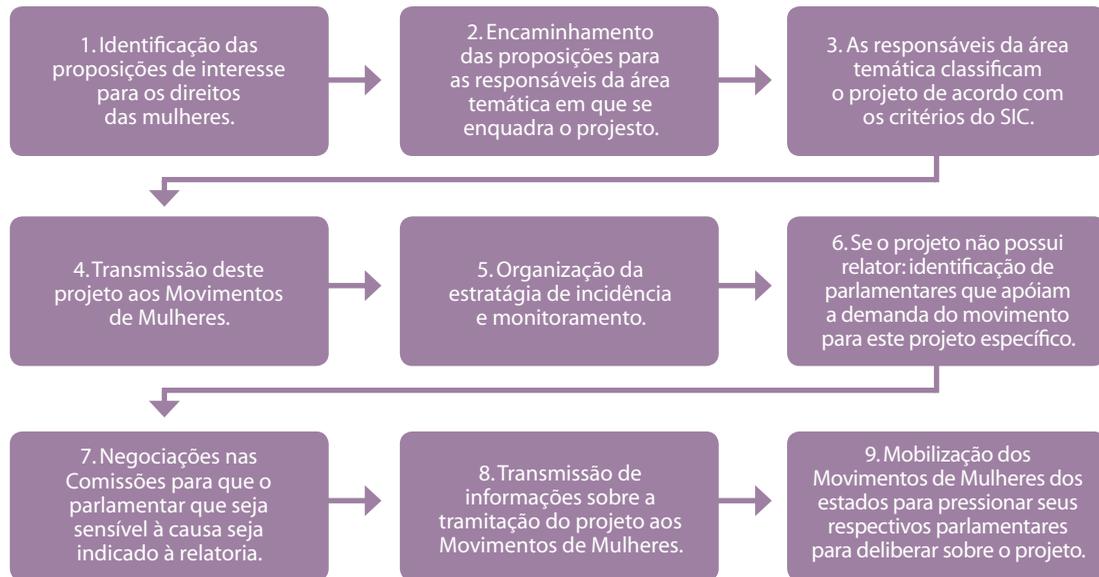


Para as proposições que se classificam como de menor prioridade, o acompanhamento da sua tramitação é geralmente feito por meio eletrônico (pelas informações postadas nas páginas do Congresso Nacional). Contudo, um projeto poderá ter seu nível de prioridade alterado se a equipe notar que mudou a conjuntura política ou se os debates forem mais polêmicos do que inicialmente previsto.

Nestes e em assunto sobre o qual os movimentos têm pouco acúmulo ou que seja polêmico, sem posicionamentos claros, o CFEMEA apresenta para discussão, criando um ambiente coletivo de reflexão, análise para que se possa extrair sugestões e visões sobre o tema e possibilidades de influenciar o processo político.

Além das ações de acompanhamento das matérias de interesse dos movimentos de mulheres - bem como de outros movimentos a fins, como os movimentos negros, LGBT - de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, dentre outros - o CFEMEA realiza uma série de outras atividades no seu cotidiano de intervenção no Poder Legislativo: sugere (e participa de) audiências públicas e seminários, apresenta proposições, emendas, subsídios, votos em separado, realiza pesquisas de opinião e acompanha o funcionamento interno da Bancada Feminina.

Figura 5. Advocacy do CFEMEA no Legislativo atualmente



O CFEMEA e a relação com a Bancada Feminina

Até o fim da década de 1980, as parlamentares não atuavam de forma conjunta dentro do Congresso Nacional. Na Constituinte, o “Lobby do Batom” marcou o início de uma incidência organizada numa aliança suprapartidária com interlocução com os movimentos de mulheres. O CFEMEA é parte importante dos esforços para dar continuidade a esse trabalho durante a década de 1990.

Em 1999, as parlamentares decidem se unir como Bancada Feminina - nome sugerido pelo CFEMEA - e eleger uma coordenação própria. Desde então, a Bancada Feminina define quais são os projetos prioritários, dentre os que tramitam no Congresso Nacional, para a promoção dos direitos das mulheres e sugerem ao Colégio de Líderes e à Presidência da Casa que estes tramitem com regime de urgência; apresenta emendas ao orçamento voltadas aos programas e políticas públicas para as mulheres, e dialoga com órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário. O CFEMEA acompanha, subsidia e pressiona esta Bancada, servindo muitas vezes como ponte de diálogo desta com os movimentos.

Mais especificamente, o CFEMEA procura fornecer às parlamentares subsídios com o intuito de fundamentar suas posições, orientando a Bancada na apresentação ou apoio de emendas e proposições na linha das demandas concretas e legítimas das organizações de mulheres. Além disso, como canal para a comunicação entre a Bancada e o movimento de mulheres, o CFEMEA atua com o objetivo de estreitar este diálogo e fazer com que as pautas das mulheres possam ser levadas às parlamentares e à deliberação.

Como afirmou uma ex-deputada, mesmo que o CFEMEA não represente todas as organizações do movimento de mulheres, as parlamentares e seus assessores têm consciência de que “quando o CFEMEA diz, muita gente [do movimento de mulheres] está dizendo”⁵. No entanto, a força política da Bancada depende, em boa medida, da sua liderança. Quando essa liderança é fraca, a intervenção da Bancada fica menor dentro do Congresso Nacional e o CFEMEA encontra dificuldades para se comunicar e propor suas pautas.

A atuação da Bancada Feminina e das organizações dos movimentos de mulheres também torna-se evidente em duas datas especiais: 8 de março - Dia Internacional da Mulher, e 25 de Novembro - Dia Internacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Estas são janelas de oportunidades, períodos durante os quais o CFEMEA procura organizar seminários, debates,

5 Entrevista com Maria Laura, ex-deputada e ex-secretária adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, Brasília, 30 de outubro de 2008.



audiências públicas, lançamentos de publicações e sessões solenes no Congresso Nacional, voltadas para parlamentares e ao público em geral. Estas medidas buscam educar e sensibilizar @s parlamentares para as causas das mulheres e influenciar a opinião pública em geral.

Os Focos

As ações de *advocacy* no Congresso Nacional buscam não apenas incidir no processo decisório d@s parlamentares, mas também usar essa arena como plataforma a partir da qual às vezes é possível introduzir (ou manter) temas na agenda política e lançar novos debates.

Assim como no caso das estratégias em matéria de Articulação Política, as atividades de *Advocacy* do CFEMEA variam de acordo com os diversos temas que a ONG acompanha, em diferentes conjunturas políticas e, como já foi dito acima, depende do nível de prioridade de cada proposta. Mais especificamente, podemos identificar dois tipos de *advocacy* empreendidos pelo CFEMEA: o propositivo e o reativo.

O ***advocacy* propositivo** é aquele por meio do qual o CFEMEA busca ampliar ou criar novos direitos para as mulheres. Além de monitorar e acompanhar os projetos apresentados pel@s própri@s parlamentares, também apresenta algumas sugestões de novas leis ou mudanças no conteúdo de proposições legislativas. Temos como exemplos deste tipo de *advocacy* a Lei Maria da Penha, o caso da elaboração da Proposta de Emenda à Constituição sobre trabalho doméstico, as emendas apresentadas nas peças orçamentárias e as propostas no âmbito dos debates da reforma previdenciária.

Já o ***advocacy* reativo** é aquele por meio do qual o CFEMEA busca evitar retrocessos nas garantias e direitos das mulheres. Sobre o tema do aborto, por exemplo, atualmente podemos afirmar que o CFEMEA tem empreendido mais ações de *advocacy* reativo do que propositivo. Apesar das dificuldades atuais, houve, no passado, momentos mais propositivos, como o debate para a aprovação da Lei do Planejamento Familiar em 1996 e a aprovação da lei de legalização do aborto para vítimas de estupro em 1999.

Como afirma uma integrante da equipe do CFEMEA, “o atual momento da discussão do aborto, em que há riscos de retrocessos legislativos, vem exigindo uma constante revisão das estratégias até então adotadas, que culmina numa ação mais reativa. No entanto, estamos buscando ações mais propositivas, a partir dessa revisão de estratégias”⁶.

6 Entrevista com Kauara Rodrigues, equipe do CFEMEA. Brasília, DF, 2 de fevereiro de 2009.

No que se refere às estratégias para rejeitar uma proposição, a ONG utiliza os mecanismos regimentais que possibilitam a retirada de pauta, pedido de vistas, adiamento de discussão/votação, apresentação de argumentos contrários por parlamentares simpatizantes, entre outros.

Para o *advocacy* propositivo também são utilizados recursos regimentais, como a proposição de audiências públicas para debater o tema, envio de subsídios ao/à relator/a com o posicionamento do CFEMEA e dos movimentos de mulheres, conversas com o presidente da Comissão para que a proposição entre na pauta de discussões, pressão para que a proposta tramite no regime de urgência, entre outros.

3.2 *Advocacy* no Executivo

Além do *advocacy* na arena legislativa nacional, para o CFEMEA o trabalho de *advocacy* no Poder Executivo também é fundamental, porque as disposições legais não são suficientes para garantir a igualdade de gênero. É preciso que haja uma pressão permanente da sociedade civil para que políticas públicas específicas dêem consequência aos direitos conquistados no papel.

O *advocacy* no Executivo é complementar ao realizado no Congresso Nacional, na medida em que as proposições aprovadas pelos parlamentares são materializadas no âmbito do Poder Executivo – tornam-se leis, decretos e até outras normas regulamentadoras. Além disso, instâncias do Poder Executivo podem servir como catalisadoras para propostas de mudanças legislativas, como no caso da Lei Maria da Penha. No entanto, a incidência no Poder Executivo também é importante independentemente da arena legislativa. É espaço para a negociação política sobre o desenho e a implementação de políticas públicas e as normas do Estado sobre igualdade de gênero.

Uma das maiores dificuldades nesse trabalho são os obstáculos enfrentados para ter acesso a informações sobre arrecadação, contingenciamentos e gastos públicos direcionadas à melhoria das condições de vida das mulheres e a promoção da igualdade. Como a própria Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) reconhece, os Ministérios em geral não planejam os gastos considerando as dimensões de gênero e raça, o que torna muito difícil avaliar o impacto das políticas na vida das mulheres⁷.

Nesse sentido, as atividades de *advocacy* no Poder Executivo se vinculam com atividades de educação e formação política, cujo objetivo é sensibilizar líderes governamentais e gestor@s

7 Entrevista com Luana Pinheiro, Secretaria Especial de Política para Mulheres. Brasília, 17 de outubro de 2008.



públicos no sentido de orientar as políticas públicas ao enfrentamento do caráter estrutural das desigualdades de gênero e raça no Brasil. Isto para implicar a adoção de mudanças radicais ao planejar, executar e avaliar políticas públicas, conjugando com indicadores de gênero e raça que permitam o controle social dessas políticas sob esses dois enfoques e, acima de tudo, assegurem a todas e cada uma das mulheres o exercício pleno e igualitários dos seus direitos.

Um dos principais avanços, nesta última fase, está relacionado a criação de um organismo executivo no primeiro escalão do governo para lidar com essa questão e ao estabelecimento de um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Por isso, o foco principal de incidência do CFEMEA no Poder Executivo nessa última fase se concentra na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), também responsável pela coordenação do PNPM. Outras ações de incidência são desenvolvidos junto aos ministérios que possuem estruturas com alguma abertura ao debate da questão de gênero, em especial aqueles que lidam com questões que afetam o cotidiano da população, como o Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência, Ministério do Trabalho, além da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Especial de Direitos Humanos.

A atuação do CFEMEA encontra maiores obstáculos em outros ministérios, como o da Fazenda e do Planejamento. Esta resistência torna o avanço da institucionalização da questão de gênero e raça nas políticas públicas mais difícil, uma vez que são Ministérios estratégicos para inclusão da transversalidade de gênero nos programas governamentais. Por isso as iniciativas de formação de gestor@s nessa perspectiva são especialmente importantes para garantir maior efetividade ao *advocacy* nessa arena.

As atividades de incidência do CFEMEA no Poder Executivo estão voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher e defesa dos Direitos Humanos; autonomia econômica e proteção social do trabalho; saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos; poder e política; e a incorporação da perspectiva de gênero e raça às políticas e a orientação dos recursos públicos à promoção da igualdade.

O Caso do Orçamento Mulher

O monitoramento do orçamento oferece um bom exemplo da incidência no Poder Executivo, de como o trabalho nessa arena se relaciona com o *advocacy* no Poder Legislativo, e da postura do CFEMEA de colaboração crítica na sua interação com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Uma das atividades é monitorar e, se for o caso, denunciar o contingenciamento e redução das verbas públicas, especialmente dos recursos destinados aos programas que integram o Orçamento Mulher.

O Orçamento Mulher é um instrumento criado pelo CFEMEA que abrange todos os programas governamentais que impactam a vida das mulheres e as relações desiguais de gênero, considerada inclusive em sua dimensão composta de raça.

Os esforços mais recentes têm sido no sentido de articular o monitoramento orçamentário com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), bem como o de produzir informação, promover espaços de diálogo entre feministas que estão atuando na gestão pública e as que estão no ativismo nos movimentos de mulheres para que possam intercambiar a experiência, aprofundar a reflexão e coletivamente encontrar trilhas para avançar na incorporação da perspectiva de gênero ao planejamento das políticas públicas, e garantia de recursos para o seu financiamento.

As ações de *advocacy* no Poder Executivo têm consolidado mudanças que podem ser afe-ridas nos projetos de lei do ciclo orçamentário encaminhados ao Congresso Nacional, que absorveram dispositivos importantes propostos pelo CFEMEA para a promoção da igualdade e garantia dos direitos das mulheres; na adoção de medidas para viabilizar e dar transparência ao monitoramento das ações orçamentárias que financiam o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; no volume de recursos autorizado e no montante executado, em especial para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Dentre as ações realizadas, o CFEMEA utilizou-se da divulgação de informações por meio do jornal Fêmea e da mala direta (mala de cadastros do CFEMEA); da articulação com a Bancada Feminina no Congresso Nacional; e da articulação com as representantes de outras organizações da sociedade civil no Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM). O CNDM encaminhou Carta ao Presidente da República e aos ministros da área econômica manifestando sua insatisfação com a falta de recursos para programas específicos para as mulheres. E verificou-se uma redução do contingenciamento de recursos no programa de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher, de 33,8% em 2004 para 9,8% em 2005.

A ausência de indicadores de gênero no Ciclo Orçamentário impede a avaliação dos impactos dos gastos públicos sobre a vida das mulheres, entretanto, essa lacuna ainda não é percebida como um problema por grande parte dos gestores públicos, em especial da área de planejamento. O CFEMEA tem realizado e publicado estudos a esse respeito, promovido espaço de diálogo entre especialistas na área, organizações do movimento de mulheres e gestor@s



públicos; e consolidado argumentos para sensibilizar os gestores públicos nesse sentido, além de alertar o movimento de mulheres sobre a importância de tais instrumentos para o controle social e, acima de tudo, para orientar a condução das políticas e dos recursos públicos à garantia dos direitos das mulheres. Nos últimos anos, por exemplo, o CFEMEA tem discutido com gestor@s a inclusão de indicadores de gênero e de raça em programas importantes, como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Lições aprendidas pelo CFEMEA em matéria de advocacy

A importância da priorização de temas e demandas por meio da elaboração de uma escala de níveis de prioridade de proposições legislativas - Parte-se do princípio de que não é possível acompanhar todos os projetos em tramitação no Poder Legislativo, assim como não é possível acompanhar todas as políticas públicas ou todos os gastos do governo federal.

Advocacy orientado simultaneamente para o Poder Legislativo e Executivo - No que se refere a iniciativas como a Lei Maria da Penha e o monitoramento do orçamento público, é fundamental pressionar tanto o Poder Legislativo como o Executivo.

Mapeamento de aliados políticos no Poder Legislativo e Executivo, que possam ajudar na tramitação de projetos, na apresentação de emendas e no fornecimento de informações cujo acesso é difícil.

4. Educação e formação política

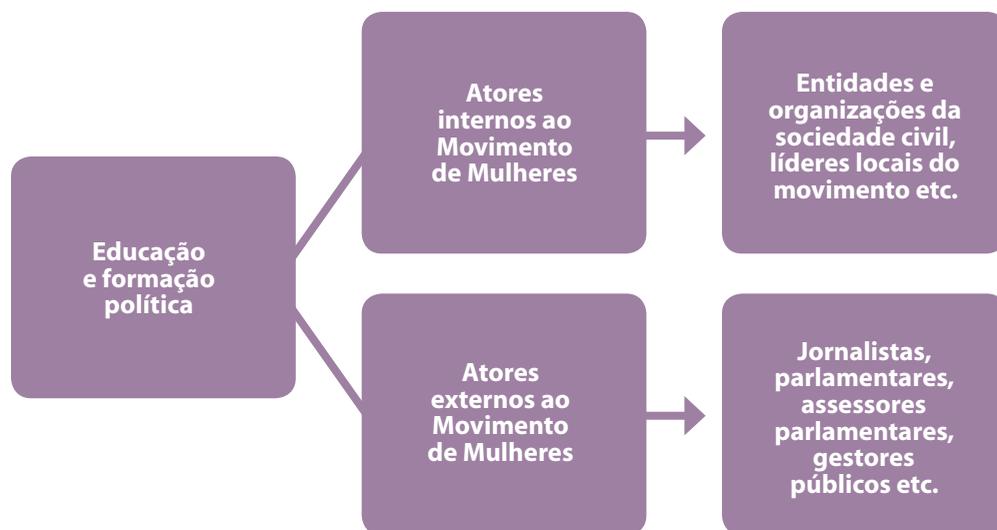
O eixo metodológico “Educação e formação política” refere-se à utilização do conhecimento e experiências acumulados pela organização como instrumento para sensibilizar a sociedade sobre as questões relacionadas à igualdade de gênero e raça, além de fortalecer os movimentos de mulheres.

Tais iniciativas buscam envolver um leque amplo de ator@s tanto internos como externos aos movimentos de mulheres, que vão desde líderes locais até jornalistas, gestor@s públic@s e parlamentares (ver Figura 6).

O jornal, as publicações e artigos, notas temáticas, cursos, oficinas, seminários e palestras são alguns dos inúmeros instrumentos que o CFEMEA utiliza para desenvolver o trabalho contínuo em torno deste eixo, o que o torna, na prática, muito próximo das atividades do eixo de Comunicação Política.

Um dos instrumentos mais importantes para a educação e formação política é o jornal Fêmea. Um bom exemplo da utilização do jornal como ferramenta de formação e educação política é foi a coluna “Guia dos Direitos das Mulheres”, publicada entre 1997 e 2005, que visava publicizar os direitos básicos das mulheres nas áreas dos direitos humanos, constitucional, civil, penal, trabalho, previdência e saúde, no intuito de tornar a mulher “advogada de si mesma”⁸ e tornar a linguagem legal acessível.

Figura 6. Ator@s envolvidos no eixo educação e formação política



No que se refere à educação e formação política de parlamentares, o CFEMEA assume a atividade como uma tarefa pública de esclarecer as posições políticas dos movimentos feministas⁹,

⁸ Ver <http://www.CFEMEA.org.br/guia/apresentacao.asp>, consultado em 10 de janeiro de 2009.

⁹ Entrevista com Soraya Fleischer, equipe do CFEMEA, em 3 de outubro de 2008, Brasília.



através da emissão de pareceres sobre a tramitação de Projetos de Lei, realização de seminários, participação em audiências públicas, reuniões, além da disponibilização de pesquisas e publicações que servem de insumo para o trabalho d@s parlamentares parceir@s do CFEMEA em sua atividade legislativa.

Como explica uma deputada que foi coordenadora da Bancada Feminina: “Quando eu era deputada estadual, lá no Rio Grande do Norte, mesmo sem ter um convívio de perto com o CFEMEA, os estudos (do CFEMEA) contribuíram muito para a minha atuação parlamentar na luta em defesa pelas mulheres. Os estudos serviam para mim como uma espécie de referência na luta em defesa das mulheres¹⁰.

O objetivo não é apenas informar, mas sim aproximar as posições d@s parlamentares das demandas dos movimentos feminista e de mulheres. Pode-se, portanto afirmar que esse eixo faz parte da estratégia de *advocacy* da organização.

Quanto às atividades voltadas para os movimentos de mulheres, nos últimos anos houve uma ampliação da demanda por cursos de formação ministrados pela organização. Da mesma forma, há uma grande demanda pela troca de conhecimento relacionada ao Processo Legislativo. O CFEMEA trabalha o eixo de educação e formação política desde o início da organização, mas demandas recentes fizeram com que a organização passasse a pensar este eixo de forma um pouco mais sistemática.

Atividades de educação e formação política

As atividades de educação e formação política do CFEMEA incluem desde palestras, a distribuição de cartilhas, até a organização de cursos e seminários sobre os temas sobre os quais atua.

Como já foi explicado nas seções anteriores, o CFEMEA é a organização dos movimentos feministas que acompanha, de forma mais sistemática, o ciclo orçamentário federal. Outras organizações dos movimentos de mulheres interessaram-se em saber mais sobre o Ciclo Orçamentário e conhecer melhor essa estratégia para pensar alternativas de trabalho em nível estadual e também municipal. Entre 2007 e 2008 várias oficinas, palestras e cursos foram ministrados pela equipe do CFEMEA, sempre em parceria com outras organizações.

10 Entrevista realizada com a deputada federal Fátima Bezerra (PT/RN). Brasília, DF. 11 de Novembro de 2008.

Em 2007, o CFEMEA organizou, em parceria com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), curso de “formação em orçamento público para o enfrentamento das desigualdades”. Voltado para organizações e lideranças sociais do estado do Rio Grande do Norte, contou com o apoio local do Coletivo Leila Diniz e da Companhia TerrAmar.

Esta iniciativa também buscou incorporar gestores públicos, por entender que muitas vezes há resistência por partes desses atores em dialogar, e também eles têm dificuldade em compreender os processos de construção e execução do orçamento público.

Em novembro de 2008, foi realizada a oficina “Conhecendo o Orçamento Público: o Plano Plurianual”, no âmbito do projeto “Formando e articulando as mulheres de Lauro de Freitas na luta por recursos públicos”. O objetivo foi atender a uma demanda local por conhecimento que permitisse dominar as ferramentas do orçamento e ser capaz de analisar as peças orçamentárias a partir de uma perspectiva de gênero e raça/etnia.

Além disso, o CFEMEA estabeleceu parcerias para formar e mobilizar as mulheres do Distrito Federal e no Rio de Janeiro, além de realizar outras oficinas sobre o tema no Rio Grande do Norte. A intenção não é apenas colaborar para a formação, mas também realizar ações conjuntas de análise dos recursos públicos locais relacionados às questões de gênero e raça.

As oficinas realizadas são também momento de reflexão, debate e questionamento sobre o papel do Estado e dos movimentos de mulheres na ampliação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero. Além das questões relacionadas diretamente aos orçamentos públicos, são promovidas outras discussões como por exemplo sobre a “Participação das Mulheres no Acompanhamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres a partir do II PNPM”, em parceria com a organização de mulheres negras Criola.

Outras atividades desse eixo estão lidando com os direitos das mulheres trabalhadoras, o enfrentamento à violência contra a mulher e a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.

Lições aprendidas pelo CFEMEA em matéria de educação e formação política

É fundamental contar com gestor@s públic@s que tenham sensibilidade para as questões de gênero e raça, e é possível ajudar a construir essa sensibilidade por meio de ações políticas de educação e formação voltadas para esses atores.



O monitoramento e crítica de políticas públicas requer processo contínuo de formação, tanto da equipe da organização, como d@s parceir@s nos movimentos de mulheres.

5. Comunicação política

O eixo da comunicação política na metodologia do CFEMEA representa o esforço para ocupar um espaço de disputa e incidência política que atinge a sociedade em geral. Mais do que divulgar a opinião da organização, o objetivo é conseguir maior presença em um ambiente de polêmica sobre os direitos das mulheres.

Para a organização, comunicação política é, assim, comunicação politizada, que vincula a abertura de canais de difusão de notícias com posicionamentos sobre temas controversos.

Sem a comunicação política entre o CFEMEA e os movimentos e organizações, não existe articulação política; ao mesmo tempo, sem a comunicação política com os movimentos não é possível definir ou discutir as pautas utilizadas no trabalho de *advocacy*. Sem a Comunicação Política não se tem transparência, isto é, o retorno para os movimentos e para a sociedade do que a organização faz. A Comunicação também está diretamente vinculada a outros dois eixos da metodologia: a produção de conhecimento e a educação e formação política. Para o CFEMEA, só gerar informação não é suficiente, pois é necessário articular idéias e estimular reflexões.

Esse vínculo é reconhecido pelos parceiros e é visto como algo positivo, como relata uma das entrevistadas: “A forma de comunicação do CFEMEA serve de baliza para o movimento. O CFEMEA nunca vai mandar um informe do que está acontecendo no Congresso sem dizer a posição que está defendendo e as controvérsias que existem. Isso é uma coisa muito boa”¹¹.

Além disso, a comunicação política ajuda a “educar” parlamentares e jornalistas e melhorar a compreensão de assuntos polêmicos ou desconhecidos pela sociedade.

A comunicação política é portanto um eixo da metodologia que se vincula aos demais e que está presente nas diversas áreas temáticas do CFEMEA. Todos os projetos realizados pela organização prevêem recursos para as atividades da comunicação política. No entanto, a implementação é realizada de diversas maneiras, com ferramentas específicas para os diferentes atores.

11 Entrevista realizada com Carmem Silva, do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, em 10 de novembro de 2008, Brasília.

Como mostra a Figura 7, os principais instrumentos de comunicação incluem a produção do jornal Fêmea, a manutenção da página na internet, publicações de artigos, livros e cartilhas, cursos, as entrevistas, palestras, e as campanhas de rádio e televisão.

Figura 7. Principais meios de comunicação política do CFEMEA



A Prática da comunicação política do CFEMEA

No período de institucionalização do CFEMEA, de 1989 a 1992, a organização assumiu o papel de informar aos movimentos de mulheres sobre o que acontecia no Congresso Nacional. O fax foi o primeiro recurso usado para viabilizar a comunicação com indivíduos e organizações espalhados por todos os estados do País.



Em 1992 foi criado o Jornal Fêmea, com edições mensais, enviado pelo correio. Este foi, por muitos anos, o único informativo regular dos movimentos de mulheres, utilizado também como fonte de informação e como canal de comunicação por outros atores, como Unifem, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, parlamentares, acadêmic@s etc.

Na sua fase de expansão, o CFEMEA refletiu de forma mais sistemática sobre a comunicação política, como um meio para fortalecer os movimentos de mulheres e para aprofundar os processos democráticos. A partir desse período, a comunicação passa a ser, além de “uma ‘estratégia’ em si mesma para o fortalecimento dos movimentos de mulheres” e do próprio *advocacy*, uma ferramenta “para pensar, para radicalizar e para fortalecer os processos democráticos”¹².

Em 1992 havia sido contratada a primeira jornalista do CFEMEA, mas foi em 1997, como parte dessa reflexão, que criou-se a Assessoria de Imprensa. Ao invés de chamar-se “Assessoria de Imprensa”, no entanto, o CFEMEA denominou essa instância interna de “Estrutura de Comunicação Política”, como forma de enfatizar a necessidade de pensar na comunicação de forma ampla, indo muito além do contato com a imprensa.

Um aspecto importante da visão do CFEMEA sobre a comunicação política é que as atividades desse eixo são de responsabilidade de toda a equipe, que colabora nas três etapas fundamentais da comunicação: a) recebendo ou definindo o fato ou dado; b) sistematizando-o tecnicamente e, finalmente, c) elaborando uma análise crítica para a divulgação da informação. A comunicação política, então, é um processo, construído de forma participativa e coerente com os argumentos da organização e com a agenda dos movimentos de mulheres.

Porém, o desafio de alcançar um público mais amplo continua atual. A diminuição da tiragem do Fêmea, depois do ano 2000, reforçou ainda mais a necessidade de pensar em outros instrumentos de comunicação. O uso da Internet possibilitou aprimorar os instrumentos.

A página da organização na internet (website) foi ao ar em junho de 1998, o que representou um marco nesse processo de profissionalização e de ampliação das atividades de comunicação do CFEMEA. Muito se ganhou em eficiência e rapidez com esse processo de inovação tecnológica: “Nos primeiros anos, quando não havia a Internet, a comunicação era visivelmente mais lenta e trabalhosa”¹³.

12 Entrevista com Guacira Oliveira, CFEMEA, Brasília, DF, 18 de dezembro de 2008.

13 Barbosa, Michelle Cristiane Lopes. “Publicações Feministas do CFEMEA: Análise do Conteúdo do Jornal Fêmea”, em: Estudos Feministas. Florianópolis-SC, Setembro-Dezembro de 2004, p. 153.

As novas tecnologias também facilitam a veiculação de informações e análises sobre um conjunto mais variado de temas. Isto é importante porque a página do CFEMEA e sua mala direta se transformam em referências para organizações que não lidam com todas as questões da agenda feminista.

Assim como na Internet, no Fêmea também são tratados uma pluralidade de assuntos dirigidos a um público diverso, e as diferentes orientações dos movimentos feminista e de mulheres são consideradas no conteúdo da informação (mulheres lésbicas, negras, do campo, trabalhadoras etc.). Como argumenta uma das entrevistadas: “A comunicação política serve para aqueles movimentos que não atuam em determinadas áreas beberem dos produtos do CFEMEA”¹⁴.

O jornal Fêmea mantém-se, portanto, como uma referência fundamental para os movimentos de mulheres e um símbolo da atenção especial que o CFEMEA dá para o eixo da comunicação política.

Além da publicação do Fêmea, dos comunicados de imprensa e das informações encaminhadas para os movimentos de mulheres via mala direta, um número considerável de livros, folhetos, cartilhas e informativos já foram publicados pelo CFEMEA desde a sua criação.

A elaboração de cartilhas e boletins é parte importante da comunicação política desde a criação da organização, porque divulgam os direitos das mulheres em uma linguagem acessível a todas as classes sociais¹⁵.

A relação com a mídia (comercial e dos movimentos sociais) também é fundamental nesse esforço de comunicação mais amplo. Ao longo da história do CFEMEA, são vários os exemplos de colaboração com outras organizações da sociedade civil. Por exemplo, na área de trabalho, o CFEMEA colaborou por anos com a página do Jornal do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) sobre trabalho e gênero (chamada “Mulher Trabalhadora... uma redundância”).

Mais recentemente, em 2008, o CFEMEA teve uma coluna “Mulheres em debate” no Jornal Tribuna do Brasil, onde divulgava análises e notícias de interesse das mulheres. Iniciativas como essas são importantes porque estabelecem um canal direto de comunicação com setores mais pobres da população, aqueles que têm menos acesso às informações veiculadas pela Internet ou pelas outras publicações da organização.

Em sua relação com a mídia, o CFEMEA utiliza três estratégias principais:

14 Entrevista com Carmem Silva, citado acima.

15 A listagem das publicações do CFEMEA pode ser vista no Anexo 1, além de seus conteúdos estarem disponibilizados no site da organização: www.CFEMEA.org.br



- a “triangulação,” que utiliza a mídia como caixa de ressonância para atingir outros atores;
- a “ampliação dos temas,” quando se aproveita de uma pauta de interesse da mídia para introduzir outra, de interesse da organização; e
- a “geração de contraponto,” que é a apresentação do enquadramento do tema pelo CFEMEA, mesmo (principalmente) quando minoritário no debate.

A seção seguinte apresenta exemplos dessas três estratégias, que variam de acordo com a conjuntura política e com as características dos temas específicos.

A estratégia de “triangulação” utiliza a mídia para aumentar a capacidade de pressão do CFEMEA em outras arenas. Parlamentares e atores governamentais são especialmente sensíveis ao que aparece na grande imprensa, e reagem a ela mesmo quando o tema não está na sua pauta, ou quando não têm interesse em comentá-lo. Esse trabalho de construção da notícia é realizado por meio da denúncia,

A estratégia do contraponto é comum em temas polêmicos, nos quais a posição do CFEMEA é minoritária. Os debates sobre legalização do aborto fornecem um bom exemplo. Quando o presidente Lula declarou que defende um maior debate sobre o tema no Brasil, em dezembro de 2008, o CFEMEA apareceu na mídia declarando que “nós não aguentamos mais esse discurso, queremos ação”. A organização não discordava do que o presidente havia dito, mas deixou claro que achava insuficiente, e que defendia uma outra postura frente ao tema.

Um bom exemplo de uso da estratégia de ampliação do debate é com respeito à temática da participação política das mulheres. Desde meados da década de 1990 o CFEMEA tem procurado pautar toda a mídia (jornais, TVs, rádio e mídia eletrônica), promovendo uma discussão nacional sobre as razões da sub-representação política das mulheres e propostas para a ampliação da sua participação e representação política, sempre associado à defesa das plataformas feministas.

A partir das eleições de 2006, pode-se dizer que a mídia incorporou este olhar e passou a destacar a participação das mulheres nas eleições, a partir das candidatas e eleitas. O CFEMEA aproveita esses períodos eleitorais e os debates mais recentes sobre o conteúdo da reforma política para dar visibilidade à temática feminista e à importância de se ampliar a presença das mulheres na política representativa, pautando articuladamente a idéia de transformação do sistema político, da importância das plataformas feministas para a defesa dos direitos das mulheres.

Mais recentemente, o CFEMEA adotou o instrumento de boletins para fornecer às parceiras e à sociedade notícias e argumentos sobre determinados temas específicos. Esse meio de

comunicação é enviado eletronicamente para a mala direta e alguns deles também possuem uma versão impressa para ser distribuída para os movimentos de mulheres, além de muitas vezes auxiliar nas atividades de formação. Assim são produzidos Boletins nas área de orçamento, trabalho doméstico, direitos reprodutivos, participação política e de enfrentamento à violência.

A produção de livros e publicações mais densas também fazem parte dessa dinâmica. Vale citar a Coleção de livros “20 anos de Cidadania e Feminismo”, organizada em razão do aniversário de duas décadas do CFEMEA. O mesmo para publicações decorrentes dos estudos das peças orçamentárias e para a inovadora análise sobre os indicadores de raça e gênero nas políticas governamentais.

Lições aprendidas pelo CFEMEA em matéria de comunicação política

Criação de uma Assessoria de Imprensa profissionalizada na organização é importante, mas deve ser definida mais amplamente como uma Assessoria de Comunicação, cujas tarefas são de responsabilidade de toda a equipe.

São variados os instrumentos de comunicação, pensados sempre a partir de três etapas: apresentação de dados, análise técnica e análise política.

A imprensa é espaço de mediação política, a partir do qual é possível pressionar outros atores, influenciar a opinião pública e dar visibilidade a posições e temas.

Três estratégias principais podem ser utilizadas na relação com a mídia: a “triangulação”, que utiliza a mídia como caixa de ressonância para atingir outros atores; a “ampliação dos temas”, quando se aproveita de uma pauta de interesse da mídia para introduzir outra, de interesse da organização; e a “geração de contraponto”, que é a apresentação do enquadramento do tema pela própria organização.

6. Produção de conhecimento

O nome do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria – afirma, por si só, a importância dada à questão da produção de conhecimento desde a criação da organização. Esse eixo da metodologia diz respeito à discussão mais aprofundada e de longo prazo dos objetivos, estratégias e demandas da ONG e dos movimentos de mulheres. Produzir conhecimento



significa gerar estudos, pesquisas e propostas voltados ao desenvolvimento do pensamento feminista, à consolidação da democracia e à efetividade das políticas públicas para as mulheres.

Como mostra a Figura 8, a produção de conhecimento pelo CFEMEA é o resultado da construção dinâmica de posições políticas, da definição da agenda pelos movimentos de mulheres, e das contribuições do pensamento e teoria feministas.

A produção do conhecimento busca aprofundar o exame das diretrizes de ação do CFEMEA, atender as demandas por trocas de experiências e subsidiar a atuação de parceiros nos Poderes Executivo e Legislativo. Está portanto diretamente relacionada ao eixo da comunicação política, mas vai além do intercâmbio de informações e idéias sobre os fatos do dia-a-dia.

Em resumo, “a produção do conhecimento não surgiu para apagar incêndios cotidianos”¹⁶. Serve como plataforma de debates que recupera a memória histórica da organização e dos movimentos de mulheres, e ao mesmo tempo aponta para idéias novas e compreensões distintas do futuro. Além disso, também tem como objetivo “ser uma ponte tradutora de algumas questões postas nos espaços de poder, que não tem linguagem acessível para a maior parte da população brasileira”¹⁷.

Figura 8. Insumos da produção do conhecimento



16 Entrevista com Guacira Oliveira. Grupo Focal, CFEMEA, Brasília, DF, 20 de novembro de 2008.

17 Entrevista com Eneida Vinhaes B. Dultra. Brasília, 04 de dezembro de 2008.

A produção do conhecimento na história do CFEMEA

As primeiras publicações, produzidas no âmbito do programa “Direito da Mulher na Lei e na Vida” (ver Quadro 1 na parte dos Anexos), demonstraram a disposição do CFEMEA de firmar opinião e promover o debate crítico sobre a presença das mulheres e da agenda feminista nos meios de representação política. Foi assim que percebeu, também que poderia fortalecer o movimento de mulheres ao subsidiar um diálogo mais aprofundado com seus parceiros, no contato com a sociedade e na interlocução com os poderes constituídos.

O ponto de partida para a produção de conhecimento é a grande gama de informações provenientes dos contatos e das discussões nas instâncias dos movimentos de mulheres, na interação diária com os Poderes Públicos e nas experiências com as iniciativas da ONG.

Depois da escolha do tema a ser tratado (as demandas podem vir de fora e de dentro da ONG), discute-se internamente as opiniões e idéias sobre a temática. Citamos dois espaços de reunião para exemplificar. O Coletivo Ágora é o espaço que assume o aprofundamento e o debate político com reflexão teórica; o Coletivo Pleno é o espaço decisório quanto ao trabalho cotidiano, no qual se busca socializar a informação das demandas/ofertas, definir as prioridades e distribuir responsabilidades, reunindo a equipe técnica quinzenalmente.

O conteúdo das publicações pode ser elaborado pel@s própri@s integrantes do CFEMEA, ou são textos encomendados a pesquisador@s, o que permite um diálogo permanente com a academia. As análises produzidas pelo Centro, principalmente a partir do final da década de 1990, incorporaram a dimensão interseccional de raça.

O quadro 2 disposto na parte dos anexos desta publicação apresenta as publicações editadas pelo CFEMEA entre 1993 e 2009, listadas na página da organização, organizadas por temática e ano de publicação. Pode-se observar a crescente diversificação dos temas abordados pelo CFEMEA ao longo desse período.

Por exemplo, merece destaque, a partir principalmente de 2002, a produção do conhecimento sobre o tema do trabalho e, mais especificamente, sobre a questão do trabalho doméstico. Também merece ressaltar a produção sobre o tema do poder e da representação política. A primeira lei de cotas data de 1995 (reserva de 20% para as candidaturas femininas), valendo para as eleições municipais de 1996. A segunda é de 1997 (reserva de no mínimo 30% das vagas de candidaturas para ambos os sexos), implementada pela primeira vez nas eleições federais de 1998.



O CFEMEA é a primeira organização feminista a se debruçar sobre os resultados dessas eleições com ênfase na participação política das mulheres. A partir das eleições municipais de 1996, realizou o monitoramento da lei de cotas destacando a participação das mulheres por partido político e por unidade da federação e realizando um grande debate sobre cotas por sexo na política¹⁸.

Finalmente, também merece destaque a produção de conhecimento em matéria de orçamento público. A partir do momento em que o CFEMEA decide incidir no processo orçamentário, foram promovidas discussões internas – com base em estudos elaborados pela equipe e por consultorias contratadas – sobre como o orçamento poderia ser trabalhado a partir de uma perspectiva de gênero. A atuação inovadora do CFEMEA nessa área gerou um desafio ainda maior do que em outras temáticas em termos da produção do conhecimento necessário para orientar a sua atuação. Para a elaboração do Orçamento Mulher, foram realizados alguns workshops com a participação de inúmeras organizações.

Além da necessidade de produção de conhecimento para subsidiar a atuação do CFEMEA, a difusão da importância do acompanhamento dos gastos públicos pelos movimentos de mulheres também gerou uma demanda externa pela produção de conhecimento. Essa demanda também é sentida na relação da organização com parceiros na mídia, no Legislativo e no Executivo.

Por isso, várias publicações foram lançadas a partir de 2006 (ver Quadro no Anexo). Trazem análises que focam desde a política macroeconômica desenvolvida até a execução dos gastos dos programas inseridos no Orçamento Mulher. Alguns destes trabalhos apresentam caráter mais técnico, servindo como um instrumento de *advocacy*, na medida em que mostram os recursos previstos para os diversos programas e em que medida estes recursos foram contingenciados ou não. Outros se vinculam ao eixo de educação e formação política, visto que explicam, de forma didática, como funciona o orçamento público e a importância de se dominar o processo orçamentário. Há também a preocupação de mostrar como o CFEMEA atua dentro deste processo, desde a proposição de emendas e análise das peças orçamentárias até a sugestão de indicadores para a mensuração da efetividade das políticas públicas empreendidas.

18 Relato feito por Almira Rodrigues, sócia da organização, à Strategos.

Lições aprendidas pelo CFEMEA em matéria de produção de conhecimento

- Tradução de informações técnicas complexas em uma linguagem acessível a um público amplo é fundamental. A experiência do CFEMEA de produção de cartilhas é exemplo de sucesso;
 - Produção de conhecimento deve ser instrumento de *advocacy* e de articulação política. Não é um fim em si mesmo;
 - Relação próxima com a academia é fundamental, porque gera sinergias e é também fonte de aprendizado para a equipe e para o movimento.
-



Referências bibliográficas

- Alvarez, Sonia. 1998. "A 'globalização' dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio", em: Alvarez, Sonia; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (orgs.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, Belo Horizonte, UFMG.
- Barbosa, Michelle Cristiane Lopes. 2004. "Publicações Feministas do Cfêmea: Análise do Conteúdo do Jornal Fêmea", em: *Estudos Feministas*. Florianópolis-SC, Setembro-Dezembro.
- Bonetti, Aline e Soraya Fleischer. 2007. **Dossiê: "Entre pesquisar e militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas"**. CFEMEA. Brasília-DF, dezembro.
- Calassans, Myllena e Iáris Cortês. 2008. *Duas décadas na luta pelos direitos humanos*, Jornal Fêmea n. 158.
- Magalhães, Elaine e Mirelli Malaguti. 2004. "Orçamento e Gênero: A Luta pela Igualdade". Brasília, D.F., CFEMEA, p. 2. Disponível em: <http://www.CFEMEA.org.br/pdf/orcamentoegenero.pdf>
- Oliveira, Guacira. 2001. "Direito ao Aborto em Debate no Parlamento", Rede Saúde/CFEMEA, Brasília, D.F.
- Rangel, Patrícia. "Mulheres na mídia: um espelho retorcido", disponível em: <http://www.CFEMEA.org.br/noticias/detalhes.asp?IDNoticia=777>, consultado em 4 de fevereiro de 2009.
- Rodrigues, Almira. *Advocacy: uma ação política de novo tipo*. Disponível em: <http://www.CFEMEA.org.br:80/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=32>. Consultado em 3 de janeiro de 2009.
- Rodrigues, Almira. 2004. "**Participação Política das Mulheres e Gestão em Política de Gênero**". CFEMEA, Brasília, D.F., disponível em : <http://www.CFEMEA.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=66>, acessado em 6/3/2009.

Lista d@s integrantes da equipe Strategos

Marisa Von Bülow (Coordenadora)

Professora adjunta do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Ana Victória Soraggi Lafetá

Estudante do sexto semestre do curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília. Integra o grupo de estudos em Sociedade Civil e Negociações Internacionais coordenado pela professora Marisa Von Bülow.

André Jácomo de Paula Pinto

Estudante do sexto semestre do curso de Ciência Política na Universidade de Brasília. Exerce também o cargo de presidente institucional da Strategos Empresa Júnior de Consultoria Política.

Karla Joyce de Freitas Matos

Estudante do sexto semestre do curso de Ciência Política na Universidade de Brasília. Exerce também o cargo de diretora de projetos da Strategos Empresa Júnior de Consultoria Política.

Lorena de Lima Soares

Estudante do sexto semestre do curso de Ciência Política na Universidade de Brasília. Exerce também o cargo de diretora administrativo-financeira da Strategos Empresa Júnior de Consultoria Política.

Rafaela Moreira Avelar

Estudante do terceiro semestre do curso de Ciência Política na Universidade de Brasília. É também integrante da Strategos Empresa Júnior de Consultoria Política.

Rachel Lenir Otoni Sampaio

Estudante do sexto semestre do curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília. Integra o grupo de estudos em Sociedade Civil e Negociações Internacionais coordenado pela professora Marisa Von Bülow.

Renato Arthur Franco Rodrigues

Estudante do terceiro semestre do curso de Ciência Política na Universidade de Brasília. É também integrante da Strategos Empresa Júnior de Consultoria Política.



ANEXOS

Anexo I

Campanhas, publicações, material publicitário e prêmios recebidos pelo CFEMEA

Campanhas de utilidade pública lançadas pelo CFEMEA:

- **1996** – Participação na “Campanha Nacional Mulheres sem Medo do Poder”, realizada em 1996 pela Bancada Feminina do Congresso Nacional, movimentos de mulheres e várias entidades da sociedade civil (IBAM, CFEMEA etc.), com o apoio do PNUD e UNIFEM;
- **1998** – Campanha “Sem as mulheres os direitos não são humanos”, que incluiu a especificidade de gênero na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- **1998** – Campanha “Direitos das Mulheres”, em comemoração aos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- **2000** – Exposição realizada no Seminário “Mulheres na política: mulheres no poder”, realizado pelo CFEMEA, CNDM, Bancada Feminina no Congresso Nacional e outras entidades, em Brasília, de 16 a 18 de maio de 2000;
- **2001** – Campanha “Cidadania PositHiva”, referente à problemática da AIDS entre mulheres;
- **2004** – CFEMEA atua como co-promotor da campanha “Diálogos contra o racismo”;
- **2005** – processo desencadeado para a conquista da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). “Campanha por uma Lei Integral de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres”. Na campanha, foi pensada uma coleção de *spots* de rádio, “As vitoriosas”, sobre o enfrentamento da violência doméstica, cujo lançamento ocorreu no marco da comemoração dos 11 anos da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres). Foram gravados 500 CDs, distribuídos para radialistas de todo o País e disponibilizado no site para uso livre.

O Centro ainda lançou um hotsite no portal do CFEMEA, exclusivo sobre violência contra as mulheres, disponível em: www.CFEMEA.org.br/violencia. Dessa forma, o CFEMEA tem acompanhado e realizado eventos que discutem a implementação da lei.

Material publicitário/institucional/promoção de direitos:

2001

- DVD: Campanha pela Cidadania Positiva;

2002

- VHS: Série de Vídeo “Mulheres trabalhando; com as seguintes edições:

1ª Edição – Apresentação do programa e explicação do projeto “Relações de Gênero no Mundo do Trabalho: Direitos e Realidades”.

2ª Edição – Situação da mulher no mundo do trabalho, segundo pesquisa do DIEESE.

3ª Edição – Trabalhadoras Rurais, conquistas e desafios.

4ª Edição – A importância da legislação para o processo de conquista dos direitos da mulher (01).

5ª Edição – A importância da legislação para o processo conquista dos direitos da mulher (02).

6ª Edição – Assédio Sexual.

7ª Edição – Discriminação Racial e Gênero.

8ª Edição – Gênero e Raça – Ações Afirmativas.

9ª Edição – Qualidade dos empregos, no mundo do trabalho.

10ª Edição – Perfil das chefias femininas, no Brasil.

- 11ª Edição** – Precarização do trabalho no meio rural
- 12ª Edição** – Trabalhadoras no climatério: dificuldades e preconceitos/1
- 13ª Edição** – Trabalhadoras no climatério: dificuldades e preconceitos/2
- 14ª Edição** – Trabalhadoras soropositivas/1
- 15ª Edição** – Trabalhadoras soropositivas/2
- 16ª Edição** – Trabalhadoras soropositivas/3
- 17ª Edição** – Doenças do trabalho 1
- 18ª Edição** – Doenças do trabalho 2
- 19ª Edição** – Histórico do 8 de março – Dia Internacional da Mulher
- 20ª Edição** – Comemorações do Mês Mulher
- 21ª Edição** – Perfil da trabalhadora brasileira
- 22ª Edição** – Políticas Públicas de trabalho
- 23ª Edição** – Políticas Públicas de Trabalho – experiências bem-sucedidas
- 24ª Edição** – Discriminação no mundo do trabalho – núcleos das DRTs
- 25ª Edição** – Políticas Públicas x Plataforma de Beijing
- 26ª Edição** – Plataforma Política Feminista
- 27ª Edição** – Trabalhadoras Domésticas

2005

- DVD: Campanha “As Vitoriosas” – Mulheres que superaram a situação da violência doméstica e deram a volta por cima;

- DVDs: Série de Vídeo “Mulheres trabalhando”; com 15 edições divididas em 3 partes:

DVD 1 – Os Mundos do Trabalho sob a Ótica de Gênero e da Inclusão Social

- Intervindo para Mudar: os Mundos do Trabalho sob a Ótica de Gênero e da Inclusão Social
- Uma perspectiva histórica do trabalho das mulheres
- Os Desafios da Reestruturação Produtiva
- Mulheres Negras e os Mundos do Trabalho
- Trabalhadoras Rurais

DVD 2 – Trabalho Doméstico

- Discutindo o uso do tempo de mulheres e homens
- Trabalho Doméstico Não-Remunerado
- Por uma Previdência para Todas e Todos
- Aposentadoria das Donas de Casa
- Trabalho Doméstico – Desafios e Perspectivas
- Trabalho Doméstico Remunerado

DVD 3 – As Mulheres nas Reformas Sindical e Trabalhista

- As Mulheres e o Mundo do Trabalho Informal
- Mulheres e Sindicalismo
- Mulheres e a Reforma Sindical
- Reforma Trabalhista

2009

- DVD: Mulheres na Política – Política Feminista – Coleção 20 anos de Cidadania e Feminismo;

Site

Em 6 de junho de 1998, a homepage do CFEMEA foi publicada na Internet. E, em 15 de janeiro de 1999, foi inaugurado um formato reelaborado da página no endereço: www.CFEMEA.org.br

- hotsite de violência: www.CFEMEA.org.br/violencia/
- hotsite de orçamento: www.CFEMEA.org.br/orcamento

2009

- Portal: www.feminismo.org.br - A Universidade Livre Feminista é um programa iniciado pelo CFEMEA, voltada a apoiar a formação de pessoas para os movimentos feminista, com o objetivo de ajudar na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, pela igualdade de gêneros, defesa do Estado laico e pela construção de uma sociedade justa, sem exploração, machismo ou qualquer outra forma de dominação e fundamentalismo. Os cursos serão elaborados em parceria com entidades feministas e outros movimentos. As parcerias firmadas vão constituir, ao longo do tempo, a base da coordenação política e pedagógica da Universidade.

Prêmios recebidos pelo CFEMEA

1997

- Revista Cláudia;

1998

- Mulheres de Vanguarda;

2000

- Soroptimistas;

2008

- Prêmio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em reconhecimento ao seu trabalho na área de Direitos Humanos no Distrito Federal, em virtude dos 60 anos da Declaração Universal de DDHH;

2009

- PRÊMIO DIREITOS HUMANOS, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria IGUALDADE DE GÊNERO, compreendendo a atuação na promoção da igualdade e no enfrentamento à discriminação relacionada a gênero.

Anexo II

Publicações do CFEMEA

Publicações editadas pelo CFEMEA entre os anos de 2009 a 1993.

2009



Como Parlamentares pensam os direitos das mulheres?

Esse é o quarto livro da coleção que marca os 20 anos do CFEMEA. Há cinco legislaturas a organização enfrenta o desafio de realizar e divulgar uma Pesquisa de Opinião com parlamentares brasileiros sobre os projetos de lei mais diretamente voltados à afirmação/negação dos direitos das mulheres. Ao mesmo tempo em que intentam conhecer as opiniões de parlamentares sobre esses direitos, as pesquisas constituem uma oportunidade para expressar e difundir as reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres no Legislativo federal.

A publicação revela por meio de tabelas, gráficos e textos reflexivos o que parlamentares pensam sobre temas como: políticas públicas e orçamento para a igualdade de gênero; mulheres na política; aborto e direitos sexuais; trabalho e proteção social, apontando tendências e desafios na luta das mulheres por uma democracia laica, diversa e que rejeite desigualdades e discriminações.



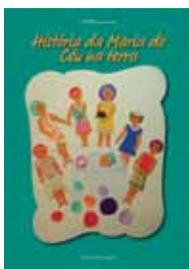
Análise da Execução do Orçamento Mulher do DF

Para monitorar as políticas públicas é preciso, primeiro, conhecê-las. Partindo desse princípio, o CFEMEA apresenta uma análise do Orçamento Mulher do Distrito Federal, uma seleção de programas e ações orçamentários que atendem direta ou indiretamente às necessidades específicas das mulheres e impactam as relações de gênero e raça.



Análise do PLDO para 2010 sob uma perspectiva de promoção da igualdade

Este estudo analisa em que medida o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 promove os objetivos do governo de superar as desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais. Os resultados finais concluíram que o Projeto é insuficiente para representar e garantir o atendimento às demandas das mulheres.



História da Maria do Céu na terra

Publicação produzida pelo CFEMEA e pela REDEH, composta por duas partes: A primeira é narrada por meio de um conto que retrata visão de diferentes mulheres sobre aborto. Maria do Céu e as amigas falam sobre os problemas vividos pelas mulheres quando se deparam com esse tabu. Da mesma forma, evidenciam a cumplicidade entre mulheres para lidarem com o tema. A segunda parte apresenta informações úteis sobre o tema, na seção intitulada “Você sabia que?” O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido e difundido desde que citada a fonte.

Brasil e Vaticano o (DES)acordo Republicano

Brasil e Vaticano: o [des]acordo republicano

Advogados, juristas, profissionais da área de saúde e representantes de movimentos sociais de todo o país estão preocupados com o encaminhamento silencioso dado pelo governo federal em relação ao Acordo Brasil Vaticano, assinado em novembro de 2008. Apesar de não ter sido discutido amplamente com a sociedade, o documento já está tramitando na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Em seguida será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ao Plenário da Casa. O conteúdo do documento trata basicamente dos interesses econômicos e outros privilégios da Igreja Católica no Brasil. Nesse sentido, os artigos publicados a seguir pretendem contribuir para suscitar debates e reflexões na sociedade e no Parlamento.



Saúde Reprodutiva das Mulheres: Direitos, Desafios e Políticas Públicas

A publicação tem o objetivo geral duplo. Por um lado, se pretende sistematizar a produção do CFEMEA bem como de suas aliadas feministas nestas últimas duas décadas de muito trabalho e militância. Este acúmulo se expressa na definição das agendas prioritárias para melhorar a vida das mulheres; no desenvolvimento de metodologias apropriadas para vocalizar estas agendas para um público maior e, ao mesmo tempo, colocar estas agendas em prática; negociação de estratégias de enfrentamento das questões e posicionamentos pouco afeitos à realidade e às demandas especificamente femininas. Por outro lado, além de dar visibilidade ao que já foi feito, essa coleção de livros tem a ousadia de também avaliar esse passado na constante busca por falhas ou lacunas que possam ser retrabalhadas. Rever o que foi feito e retraçar os próximos passos para o futuro.



Vozes Latino-Americanas pela Legalização do Aborto

A publicação nasceu da idéia de transformar em livro o Seminário Internacional “Estratégias Latino-Americanas pela legalização do aborto e autonomia reprodutiva das mulheres”, que aconteceu em setembro de 2008, em São Paulo. Tal iniciativa contou com o trabalho coletivo de diferentes organizações, redes e articulações: a Articulação de Mulheres Brasileiras, Jornadas pelo Aborto Legal e Seguro, Instituto Patrícia Galvão, SOS Corpo, IPAS/Brasil, Católicas pelo Direito de Decidir, União Brasileira de Mulheres, Rede Feminsita de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Marcha Mundial das Mulheres, Comissão de Cidadania e Reprodução, Comitê Lation-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM/Brasil) e CFEMEA. As palestras, debates e discussões transformaram-se em textos, e compuseram em peças históricas da luta feminista pelo aborto legal.

A publicação reúne vozes e vivências de mulheres de várias partes da América Latina e de várias regiões do Brasil. Uma diversidade que contribui para aproximar as perspectivas de debate sobre o aborto e também para consolidar táticas de luta pela plena autonomia reprodutiva das mulheres.

O livro é considerado uma fonte importante para feministas e militantes; coletivos e organizações não governamentais; setores governamentais e multilaterais que planejam e financiam a implementação de políticas; jornalistas e editores que têm pautado o tema em veículos comerciais e alternativos; estudantes e pesquisadores; profissionais de saúde, advogados, promotores e juízes que têm se deparado com mulheres em processos de abortamento etc.



Gênero e Raça no Ciclo Orçamentário e Controle Social das Políticas Públicas Indicadores de gênero e de raça no PPA 2008-2011

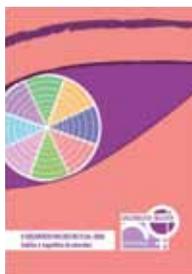
O livro apresenta o resultado dos estudos relativos a sete programas do Plano Plurianual, com propostas concretas de indicadores de gênero e raça. A publicação contém nove capítulos que abordam aspectos conceituais sobre o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, detalham a metodologia utilizada e dificuldades enfrentadas para analisar os sete programas do PPA 2004-2007 selecionados e o último capítulo que traz alguns desafios e perspectivas quando se objetiva avaliar as políticas públicas a partir da multidimensionalidade da discriminação de raça e gênero.

2008



Trabalhadoras Domésticas em Luta: Direitos, Igualdade, Reconhecimento

Esta publicação contém informações sobre os direitos das mulheres nos “mundos do trabalho”, especialmente revelando os traços do trabalho doméstico remunerado e não-remunerado em nosso País. O presente estudo também reflete um marco histórico: 20 anos de promulgação da Constituição Federal de 1988 e, no próximo ano, o CFEMEA comemora 20 anos de existência se afirmando na luta de uma pauta em defesa da equidade de gênero. Esperamos que este livro seja lido e se torne uma ferramenta muito útil para as ações reivindicatórias das trabalhadoras domésticas e de suas associações, sindicatos e movimentos.



O orçamento mulher no PLOA-2009: Análise e sugestões de emendas

A publicação apresenta análises e sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2009 (PLOA/2009), no intuito de ampliar e aprofundar essa discussão a partir da crítica feminista, bem como democratizar a esfera pública de discussão e decisão com a participação das mulheres.



A execução do Orçamento Mulher entre 2004 e 2007

A publicação apresenta dados relativos ao superávit primário e dívida pública nos últimos anos e faz breves comentários sobre as consequências e incompatibilidade que tem a atual política econômica neoliberal com as políticas sociais de combate às desigualdades anunciadas pelo governo.

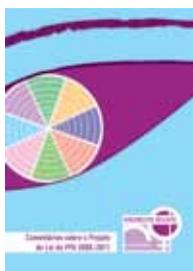
2007



A Execução do Orçamento Mulher em 2006 e Perspectivas para 2007 (Orçamento da União)

Documento com a análise dos 58 programas do governo federal com impacto sobre a mulher. O levantamento mostra que 32,8% deles tiveram mais de 90% do orçamento executado em 2006, um resultado direto do cenário eleitoral daquele ano. As despesas do governo central (União, Previdência Social e Banco

Central) cresceram 13,9% em relação a 2005, mesmo que as receitas tenham aumentado apenas 11,2%. O valor total destinado aos 58 programas do Orçamento Mulher, porém, representa apenas 17,5% do valor previsto para o programa 0905-Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)



Comentários sobre o Projeto de Lei do PPA 2008-2011

Mais um número da coleção Orçamento Mulher, Comentários sobre o Projeto de Lei do PPA 2008-2011 avalia as prioridades de governo e dos programas e ações propostos; enumera os programas sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Ao final, estão sugestões de emendas em relação ao texto do Projeto de Lei.



Lei Maria da Penha: do papel para a vida

Publicação sobre o texto jurídico que ensina como atuar nas três fases do ciclo orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) no nível federal, nos estados e municípios e assim colocar em prática o que prevê a nova legislação. O texto apresenta ainda informações sobre a história de Maria da Penha Fernandes, que deu nome ao documento, e sobre o histórico da luta do movimento feminista para a aprovação do texto.



Perspectivas das Políticas para as Mulheres no PPA 2008-2011

O livro tem o objetivo de fortalecer a participação e o controle social dos movimentos de mulheres sobre as políticas e os recursos públicos. Ao mesmo tempo, pretende ser um subsídio para os Conselhos e organismos governamentais de promoção dos direitos das mulheres e da igualdade racial no que se refere à elaboração, execução, monitoramento e avaliação das políticas e dos recursos públicos na perspectiva do combate às desigualdades.



Direitos das Trabalhadoras Domésticas: comentários sobre legislação atual, conquistas e lacunas

O que a legislação brasileira garante para as trabalhadoras domésticas? Quais as lacunas e injustiças que ainda faltam ser corrigidas? Qual o debate necessário para uma inclusão previdenciária dessas trabalhadoras domésticas (remuneradas e não remuneradas)? Essas e outras questões são analisadas na publicação “Direitos das Trabalhadoras Domésticas: comentários sobre legislação atual, conquistas e lacunas”, com análise das proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional nesse primeiro semestre de 2007.

2006



Incidência Feminista no Processo Orçamentário da União - A Experiência do CFEMEA

Publicação com o apoio do DFID/UNIFEM sobre a incidência política do CFEMEA na área de orçamento público. Além da contextualização política do cenário brasileiro, aborda também as estratégias utilizadas pela organização na busca pela garantia de recursos para as políticas públicas, bem como da participação das mulheres no processo orçamentário.



Os Direitos das Mulheres na Legislação Brasileira Pós-Constituinte

Publicação desenvolvida com o apoio da SPM mapeia e analisa a legislação relativa aos direitos das mulheres entre 1988 a 2005. O estudo refere-se à Constituição Federal de 1988, à legislação infraconstitucional e aos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.



Ponto de Vista Feminista sobre a reforma Política

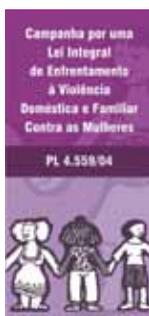
Resultado do projeto Afirmando a participação política das mulheres no Brasil apoiado pela Embaixada da Finlândia. O objetivo é ampliar os debates sobre a Reforma Política no Brasil, suas implicações e temas específicos como financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais; listas preordenadas de candidaturas; diminuição ou fim da cláusula de barreira; fidelidade partidária; e ações afirmativas.



Perspectivas e Críticas Feministas sobre as Reformas Trabalhista e Sindical

Trata-se de um dos resultados do projeto Intervindo para mudar: a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista sob a ótica de gênero e da inclusão social, desenvolvido pelo centro (de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2006). A intenção é oferecer argumentos para que se estabeleçam relações de gênero/raça mais equânimes tanto na legislação trabalhista como na previdenciária. Com os argumentos apresentados no livro, busca-se afirmar a perspectiva da inclusão social de parcelas significativas da população, hoje excluídas do regime geral da Previdência Social e do mercado formal de trabalho, por meio das discussões das reformas do Estado.

2005



Campanha por uma Lei Integral de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres

Folder explicativo sobre o Projeto de Lei 4.559/04, que está em tramitação no Congresso Nacional. Traz uma breve explicação do conteúdo do PL, que tem como objetivo estabelecer uma política de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Aborda também as mudanças que os movimentos de mulheres pretendem efetuar no projeto

2004



Plataforma para Candidatas a Vereadoras e a Prefeitas

Folder para as candidatas a vereadoras e prefeitas. Busca valorizar a importância da candidatura e do papel que a candidata pode cumprir como defensora da cidadania das mulheres.



Cidadania também é Beleza (atualização do Código Civil)

Este encarte disponibiliza as mais recentes alterações da legislação civil brasileira, constantes do novo Código Civil - lei nº 10.406/02, que entrou em vigor em 10 de janeiro de 2003.

2003



As Mulheres na Reforma da Previdência: O Desafio da Inclusão Social

Esta publicação é fruto do processo de mobilização das mulheres por ocasião das discussões da Reforma da Previdência ocorridas no Legislativo Federal. Está composta por dois textos. O primeiro é um documento político assinado por 34 entidades dos movimentos de mulheres e feministas, que trata das propostas das mulheres para a Reforma da Previdência, entregue ao relator da matéria na Comissão Especial criada pela Câmara dos Deputados para analisar a Reforma Previdenciária.



Dossiê Globalização e Trabalho: Perspectivas de Gênero

O estudo contextualiza a globalização, enfatizando as transformações ocorridas no trabalho e os impactos desse processo. Reflete sobre as desigualdades nacionais e internacionais, particularmente no que tange à questão da desindustrialização e aos impactos deste fenômeno sobre os empregos, setor formal e informal, e o desemprego. A autora, Christiane Girard, é professora doutora do departamento de sociologia da UnB e pesquisadora da área de sociologia do trabalho. O dossiê é uma publicação do CFEMEA, com apoio do FIG - CIDA (Fundo para Igualdade de Gênero/Agência Canadense para o Desenvolvimento).

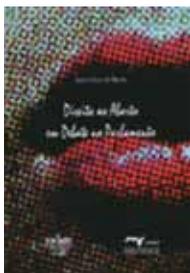
2002



Dossiê Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho

A publicação apresenta uma análise da realidade das mulheres no mercado e nas relações de trabalho, um breve histórico da introdução da problemática de gênero nas agendas públicas e institucionais, além de uma avaliação das agendas parlamentar, sindical e feminista no Brasil. O Dossiê pretende subsidiar a atuação conjunta de instituições sindicais, associações profissionais, organizações do movimento de mulheres e o Legislativo Federal, no que diz respeito à formulação de políticas públicas de trabalho e à negociação de pautas sindicais, com consideração da problemática de gênero.

2001



Direito ao Aborto em Debate no Parlamento

A publicação é resultado de parceria entre a RedeSaúde – Rede Nacional Feminista de saúde e Direitos Reprodutivos – e o CFEMEA. O objetivo é democratizar o saber fazer político, construído pelas feministas brasileiras, para a defesa dos Direitos sexuais e Reprodutivos das mulheres, a partir do mapeamento de ações que tiveram como alvo o Poder Legislativo nos anos 90.



Cidadania das Mulheres e Legislativo Federal: Novas e antigas questões em fins do século XX no Brasil

Análise dos resultados da III pesquisa de opinião com @s parlamentares do Congresso Nacional sobre os direitos das mulheres. A pesquisa foi realizada no primeiro ano da Legislatura 1999-2003 e contou com a participação de 313 parlamentares. A publicação contém, ainda, um histórico da luta feminista.



Cidadania também é Beleza

A cartilha procura desmistificar o Direito, em linguagem simples e acessível, contando, através de pequenas histórias, o cotidiano de mulheres injustiçadas, discriminadas ou violadas em seus direitos e mostrando o caminho que a legislação aponta para conseguir alcançar justiça e cidadania. Cidadania também é Beleza aborda temas do Direito Civil, Penal e o direito à saúde e foi resultado de

uma parceria entre o UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher), AVON, CECIP (Centro de Criação de Imagem Popular) e o CFEMEA.

2000



Política de Cotas por Sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro

É uma análise do processo de advocacy para a aprovação da reserva de vagas por sexo para as candidaturas – a Lei de Cotas – no Legislativo Federal brasileiro e o monitoramento da sua implementação.

1999



Women's Rights and the Legislative in Brazil

Pamphlet on work carried out by CFEMEA and fight of the feminist and women's movement in defense of their rights, highlighting the demands directed to the Federal Legislative Power.



Os Direitos das Mulheres e o Legislativo no Brasil

Folheto abordando o trabalho do CFEMEA e a luta do movimento feminista e de mulheres em defesa de seus direitos, com destaque para as demandas dirigidas ao Legislativo Federal.

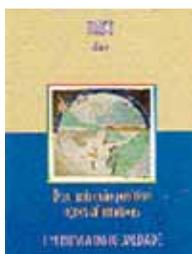
1997



Mulher e Mídia: Uma pauta desigual?

Editado em parceria com a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos - RedeSaúde - relato do Seminário com o mesmo nome onde foram analisadas e apresentadas sugestões sobre o relacionamento entre o movimento Feminista e a mídia.

1996



Discriminação Positiva Ações Afirmativas: Em Busca da Igualdade

A publicação apresenta estudos sobre o trabalho da mulher no Brasil, a legislação e políticas em diversos países sobre a questão dos incentivos ao mercado de trabalho da mulher, visando subsidiar a discussão sobre a regulamentação constitucional desta questão. A segunda edição elaborada e editada em parceria com ELAS - Elisabeth Lobo Assessoria - Trabalho e Políticas Públicas, inclui a memória do Seminário "A Mulher no Mundo do Trabalho em Busca da Igualdade", realizado em Brasília-DF no dia 13 de junho de 1996, na Câmara dos Deputados.



Guia dos Direitos da Mulher

Editado pela primeira vez em 1994 - segunda edição em 1996, pela Rosa dos Ventos/Editora RECORD, colocado pela Editora, em circuito comercial - informa sobre os direitos básicos das mulheres nas áreas dos direitos humanos, constitucional, civil, penal, trabalho, previdência, saúde, de seus filhos e filhas, e orienta sobre quais procedimentos adotar para exercer estes direitos no dia-a-dia.



Mulher, População e Desenvolvimento Subsídios aos parlamentares na implementação do Plano de Ação da Conferência I da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Cairo'94

A publicação recupera os principais pontos do Plano de Ação de Cairo'94 relativo às mulheres e apresenta algumas ações que poderiam ser desenvolvidas no âmbito do Legislativo para dar cumprimento às recomendações da Conferência no Brasil.

1995



Pensando nossa Cidadania II

O livro analisa as principais proposições legislativas que tramitam no Congresso Nacional durante a Legislatura de 1991-1994, em especial aquelas que seguiram tramitando na Legislatura de 1995-1998.



Discriminação positiva ações afirmativas: Em busca da Igualdade

Publicação elaborada com o objetivo de subsidiar a discussão de temas que dizem respeito aos direitos das Mulheres. Trata-se do disposto no Art. 7º - Direitos dos Trabalhadores Urbanos e Rurais, inciso XX da Constituição Federal que prevê: “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei”

1994



Direitos Reprodutivos: Uma Questão de Cidadania

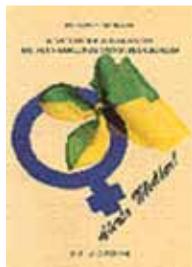
O livro contém artigos sobre a temática visando subsidiar os parlamentares na discussão da regulamentação das ações de planejamento familiar no Brasil.



Pequim'95

Informativo específico para divulgação do processo preparatório à IV Conferência Internacional da Mulher em Beijing, com cinco edições (1994/1995).

1993



Alerta Mulher! A Mulher e a Garantia de seus Direitos Constitucionais

Editado em parceria com CLADEM - Comitê Latino-Americano para Defesa dos Direitos da Mulher, CECF/SP - Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, e Fórum de Presidentas de Conselhos da Condição Feminina e Direitos da Mulher, apresenta o documento final do Encontro Nacional A Mulher e a Garantia de seus Direitos Constitucionais, realizado em Brasília-DF no dia 7 de dezembro de 1993, na Câmara dos Deputados.



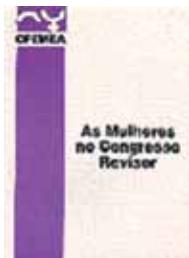
Encontro Nacional Mulher e População: Nossos Direitos para Cairo'94

Editado em parceria com ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, CEPIA - Cidadania: Estudo, Pesquisa, Informação e Ação; Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; Comissão de Cidadania e Reprodução; Geledés - Instituto da Mulher Negra; SOS Corpo - Gênero e Cidadania, contém a conclusão do Encontro Nacional Mulher e População - Nossos Direitos para Cairo'94, realizado em Brasília-DF no dia 28 de setembro de 1993, na Câmara dos Deputados.



Direitos da Mulher: O que Pensam os Parlamentares

Resultado de uma pesquisa de opinião realizada com deputados federais e senadores da Legislatura 1991-1994, indicando, sob a ótica feminista, as tendências políticas gerais e as posições individuais dos parlamentares sobre assuntos de interesse das mulheres.



As Mulheres no Congresso Revisor

Resgata o processo de mobilização das mulheres na Assembléia Nacional Constituinte; reafirma a posição do movimento, favorável à regulamentação da Constituição, e apresenta os projetos de lei que deveriam ser regulamentados por atenderem às reivindicações das mulheres.



Pensando nossa Cidadania: Propostas Para Uma Legislação Não Discriminatória

Analisa os projetos de lei que dizem respeito às mulheres, em tramitação no Congresso Nacional, no período de 1991-1992.

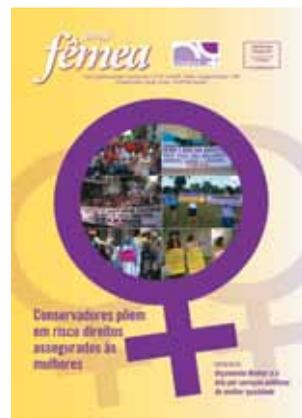
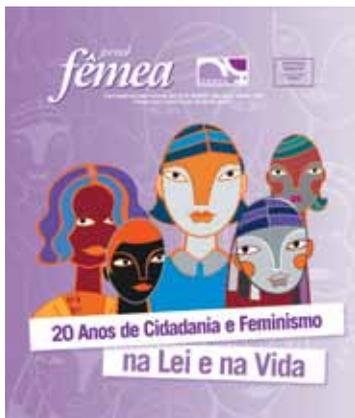
Jornal Fêmea

Tiragem: 13000 exemplares

Informativo de circulação mensal que aborda as questões referentes aos direitos das mulheres no Congresso Nacional e os grandes temas da agenda nacional do movimento de mulheres. O primeiro número foi publicado em março de 1992.

Em 2008, o jornal passou por uma reformulação. Ganhou novo formato e projeto gráfico. Ainda dentro do plano de reformulação, em 2009, o Fêmea ganhou papel diferenciado, com o objetivo maior de preservação do conteúdo a longo prazo.

O jornal dirige-se, essencialmente, às organizações de mulheres de diferentes áreas de atuação, em todo território nacional e @os parlamentares e assessor@s legislativ@s.



Boletins

2009



Mulheres pela reinvenção da política

Boletim especial produzido com o apoio do CFEMEA, que apresenta algumas das idéias e estratégias que embasam as ações da Articulação de Mulheres Brasileiras na luta pela ampliação da participação política das mulheres e por uma reforma do sistema político brasileiro.



Mulheres Pelo Fim da Violência

Informe sobre os três anos da Lei Maria da Penha em defesa de sua aplicação.



Boletim Trabalho Doméstico tem Valor - Número 3

Informativo sobre o andamento de propostas legislativas do Orçamento Federal e das Políticas Públicas relacionadas aos direitos trabalhistas e previdenciários das trabalhadoras domésticas.

2008



Boletim Trabalho Doméstico tem Valor - Número 2

Informativo sobre o andamento de propostas legislativas do Orçamento Federal e das Políticas Públicas relacionadas aos direitos trabalhistas e previdenciários das trabalhadoras domésticas.



Saúde e Direitos Reprodutivos em Pauta

Últimas discussões de aborto no Congresso Nacional



Boletim Trabalho Doméstico tem Valor - Número 1

Informativo sobre o andamento de propostas legislativas do Orçamento Federal e das Políticas Públicas relacionadas aos direitos trabalhistas e previdenciários das trabalhadoras domésticas.

2007



Saúde e Direitos Reprodutivos em Pauta

Agosto de 2007

Julho de 2007

Colunas

Jornal do DIAP

Mulher trabalhadora... uma redundância

Período: 1993

Página no jornal do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, editada pelo CFEMEA com o objetivo de levar a temática dos direitos das mulheres e de gênero ao movimento sindical de todo o país.

Jornal Tribuna do Brasil

Coluna Mulheres em debate

Período: 2009

Resultado de uma parceria firmada entre o Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA - e o Jornal Tribuna do Brasil, desde setembro de 2008, construímos a coluna “Mulheres em Debate”, publicando semanalmente (às quartas-feiras), permitindo atender à demanda da população por informação relativa a seus direitos, em especial os direitos das mulheres.

Parceria com o CFEMEA



Boletim Informativo da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e do Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Tiragem 40 mil exemplares

Realização: FENATRAD/CFEMEA – Apoio: SEPIIR

Anexo III

Apoiador@s e financiador@s do CFEMEA

Ao longo dos seus 20 anos de existência, o CFEMEA teve seu trabalho apoiado pelas seguintes instituições:

Organismos Multilaterais

UNIFEM, UNFPA, UNICEF, OPAS, PNUD, BID/PROLID - Programa de Apoio à Liderança e Representação Política das Mulheres.

Agências Bilaterais

Fundo para Igualdade de Gênero da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (FIG/CIDA), Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Conselho Britânico (DFID).

Fundações, Fundos e Organizações internacionais

Ashoka, Fundação Ford, Fundação MacArthur, Fundação Friedrich Ebert/Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social (FES/ILDES), Fundação AVINA, Fundação Heinrich Böll (HBS), NOVIB, Global Fund, ActionAid, Coalizão Internacional em Prol da Saúde da Mulher (IWHC), OXFAM Internacional, Fundo das Metas do Milênio 3 (Holanda, MDG 3 Fund); Fundo de Ação para o Aborto Seguro (SAAF);

Governo Federal

Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

Empresas Privadas

Avon, Seda, Hering, O Boticário, Instituto WallMart

Outros

CEBRAP/CCR - Prosare, Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO - Sede Acadêmica Brasil), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Embaixada da Finlândia

Anexo IV

Quem fez e quem faz o CFEMEA

Sócias do CFEMEA

Almira Correia de Caldas Rodrigues

Ana Maria Wilhelm

Camilla Campos Valadares

Eliana Magalhães Graça

Elizabeth Oliveira Barreiros

Elizabeth Saar de Freitas

Gilda Cabral

Guacira Cesar de Oliveira

Iara Pietricovsky

Iáris Ramalho Cortês

Leila Linhares Barsted

Malô Dias da Costa Simões Lopes

Maria Aparecida Schumacher

Maria da Graça Ohana Pinto

Maria José Rosado Nunes

Natalia Mori Cruz

Zuleide Araújo Teixeira

Conselho fiscal

Atual

Ivônio Barros – Titular

Maria Zulene Farias Timbó – Titular

Severina Marques – Titular

Maria da Conceição Geraldo – Suplente
Mônica Beraldo Fabrício da Silva – Suplente

Integrantes anteriores

Elizabeth Oliveira Barreiros
Maria do Carmo Seabra Melo Fernandes
Cristina Araújo
Tereza de Jesus Pinheiro Montenegro

Funcionári@s e colaborador@s durante estes 20 anos do CFEMEA

Adriana Cristina Cirilo da Silva – Estágio	Elizabeth Mello Garcez
Adriano Fernandez Cavalcante	Elizabeth Saar Freitas
Aldineia Viana de Araújo	Elizabeth Moor Wagner – In memoria
Alice Libardoni	Eneida Vinhaes Bello Dultra
Almira C. de Caldas Rodrigues	Eunice Borges
Ana Cartaxo Bandeira de Melo	Euro Cesar de Oliveira
Ana Claudia Jaquetto Pereira	Fabiana Martins Zamora
Angela Maria Freire Alves	Fernanda Rosas Pires de Saboia
Camilla Campos Valadares	Francisco Rodrigues Silva
Catherine Braga Monteiro	Giane Boselli
Celia Maria Farias Vieira	Giane Cristini Boselli
Claudia Almeida Teixeira	Gilda Cabral de Araújo
Cláudia Regina da Silva Abel	Glaci do Carmo Bren de Andrade
Cosmo Ribeiro de Sousa	Graciela Silva Pascual
Daniel Schroeter Simião	Guacira Cesar de Oliveira
Daniela de Lima Pinto	Iáris Ramalho Cortês
Diva Ferreira	Iéri Barros Luna
Dyana Isabel Azevedo Dias	Ismália Afonso
Edna Maria Cristina Santos – In memoria	Ivonio Barros
Eliana Magalhães Graça	Jamiliys Bucos de Assis

José Carlos Crispim dos Santos
Julciara das Neves de Abreu
Juliano Alessandro Lopes
Katia Maria Guimarães de Andrade
Kauara Rodrigues Dias Ferreira
Leila Regina Lopes Rebouças
Leiliane Cristina Lopes Rebouças – Estágio
Letícia Maria Oliveira de Sousa
Lisandra Arantes de Carvalho
Lívia Farias Ferreira de Oliveira – Estágio
Luana Ferreira Alves – Estágio
Lucidir Antão R. dos Santos
Luiz Gustavo de Oliveira Pedroza
Luzinete Alves da Silva Marques
Malô Simões Lopes Ligocki
Manoel Pinto Brandão da Silva
Marcia Turcato
Maria de Lis
Maria de Lisieux A. Guedes
Maria Goreti Aleixo
Maria Marizeth Machado
Marlene Libardoni
Marta Simone Silva do Carmo
Michelle Cristiane Lopes Barbosa
Mirelli Malaguti Caldeira
Mirla de Oliveira Maciel
Myllena Calazans Matos
Natália Maria Alves Machado – Estágio
Natalia Mori Cruz
Nise Quintas
Núbia Marques de A. Filha
Patrícia Duarte Rangel
Paz Therezinha Ribeiro de Medeiros
Rafael de Azevedo Penha – Estágio
Rafael Moreira Soares – Estágio
Raquel Lima de Oliveira e Silva – Estágio
Regina Celia Sant Anna Adami Santos
Rosa Maria Costa Cabral
Sandra Costa da Silva
Sarah de Freitas Reis
Sergio Gomes Timoteo
Simonne Maria de A. Fernandes – Estágio
Sônia Malheiros Miguel
Soraya Fleischer
Terezinha Divalda Ferreira
Tatiana Nascimento dos Santos – Estágio
Valéria de Aguiar Perin
Vera Lúcia R. Estrela de A. Pinto

Anexo V

Marco teórico, métodos, e linhas de ação

Movimento de mulheres e movimento feminista

Anexo VI

Organograma do Centro Feminista de Estudos e Assessoria¹⁹

¹⁹ Importante dizer que a atual estrutura organizativa está em processo de alteração em virtude de uma atualização do estatuto e das adequações institucionais e jurídicas.



Sobre o uso do símbolo @ no conteúdo desta publicação:

“Neste texto, ..., quando queremos reforçar que determinada informação ou dado se refere a mulheres e a homens, utilizamos o recurso do sinal @ para designar esse conjunto, não incluindo as mulheres no masculino, como é comum se fazer na Língua Portuguesa. Por exemplo, ao escrevermos candidatos para nos referirmos às mulheres e aos homens (...), grafamos a palavra dessa forma, candidat@s, utilizando o sinal @ para designar os universos que incluem mulheres e homens. Assim, deixamos de usar o masculino como sinônimo de humano. (...) Muitas vezes a utilização da @ pode causar estranheza, ou mesmo incômodo. Mas entendemos que essa estranheza é positiva, pois nos tira do lugar comum e nos induz a pensar e, talvez, adotar outras posturas” MIGUEL, Sônia. (2000), A Política de Cotas por Sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo Brasileiro. CFEMEA, Brasília.

“Uma organização que se pautou, ao longo de seus 20 anos, na ação transformadora, caminhando de mãos dadas com o movimento, por vezes confundindo-se com este. (...) Eu, feminista há longa data, mesmo morando a muitos quilômetros de Brasília, acompanhei de perto esta trajetória. (...) Ao reportar o caminhar do CFEMEA, contamos também um pouco da história dos movimentos feministas e de mulheres brasileiras. (...).

Esta construção de estratégias se dá prioritariamente na parceria com a AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras. (...) Sua Metodologia soma a articulação política, a comunicação política e a produção do conhecimento que vai desaguar no processo de Advocacy. (...)

Quero finalizar dizendo: o CFEMEA tem conseguido de fato nestes 20 anos de existência ‘contribuir para o fortalecimento do feminismo, dos movimentos de mulheres e da democracia, incidindo no Poder Público para a garantia de direitos das mulheres’. E que venham mais 20 anos.”

Por Analba Brazão Teixeira (Coletivo Leila Diniz/AMB), Prefácio



APOIO



THE FORD FOUNDATION
(Fundação Ford)